



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO MINISTRO JOAQUIM
BARBOSA PELA REVISTA VEJA**

BARBARA DE JESUS SOUZA

RIO DE JANEIRO

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO MINISTRO JOAQUIM
BARBOSA PELA REVISTA VEJA**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/Jornalismo.

BARBARA DE JESUS SOUZA

Orientador: Prof. Dr. Paulo Guilherme Domenech Oneto

RIO DE JANEIRO
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **A Construção da Imagem do ministro Joaquim Barbosa pela Revista Veja**, elaborada por Barbara de Jesus Souza.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Paulo Guilherme Domenech Oneto
Doutor em Filosofia – Universidade de Nice (França)
Departamento de Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. Márcio Tavares D’Amaral
Pós-doutor - Universidade de Paris V (França)
Departamento de Comunicação – UFRJ

Profa. Dra. Marialva Carlos Barbosa
Doutora em História - UFF
Departamento de Comunicação – UFRJ

RIO DE JANEIRO
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

SOUZA, Barbara de Jesus.

A Construção da Imagem do ministro Joaquim Barbosa pela revista Veja.

Rio de Janeiro, 2015.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação

– ECO.

Orientador: Paulo Guilherme Domenech Oneto

SOUZA, Barbara de Jesus. **A Construção da Imagem do ministro Joaquim Barbosa pela Revista Veja**. Orientador: Paulo Domenech Oneto. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO.
Monografia em Jornalismo.

RESUMO

Este trabalho analisa o processo de construção da imagem pública do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa a partir da leitura detalhada de reportagens da revista *Veja*, recordista em circulação nacional. Três matérias de capa publicadas durante o período em que o magistrado presidiu a mais alta Corte do judiciário brasileiro serviram como objeto de análise deste estudo, cujo objetivo primordial é mostrar e criticar as estratégias retórico-discursivas adotadas pelas publicações no tratamento do personagem em questão. A principal suspeita deste trabalho é, portanto, que a *Veja* promoveu a imagem midiática de Barbosa como uma espécie de herói nacional aproveitando-se de sua grande penetração e influência na sociedade brasileira. Foram fundamentais para tal estudo as teorias de análise de discurso, bem como as principais formulações teóricas sobre a prática jornalística.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, energia criadora que me deu a vida.

Agradeço aos meus pais, Sani e Vilson, exemplos de dedicação e de amor.

À minha irmã, Débora, por confiar em mim mais do que eu mesma.

Aos meus tios, Sandra e Cláudio, pelo imenso carinho e afeto.

Ao meu namorado, Leonardo, pela calma e paciência de sempre.

Ao meu amigo Gabriel, pelo companheirismo e ajudas fundamentais.

A todos os professores que passaram pela minha vida e me inspiraram ao realizar, com sensibilidade e compromisso, o mais importante de todos os trabalhos.

Dedico mais essa conquista a vocês. Obrigada por tudo.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. A TRAJETÓRIA DE JOAQUIM BARBOSA	6
2.1. Antes da vida pública	6
2.2. A vida pública	8
3. JOAQUIM BARBOSA NA PRESIDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SEGUNDO A REVISTA VEJA	15
3.1. Edição 2290	17
3.2. Edição 2349	25
3.3. Edição 2376	31
4. A IMAGEM CONSTRUÍDA DE JOAQUIM BARBOSA PELA VEJA	41
4.1. Como a mídia constrói a opinião pública	41
4.2. O papel das publicações analisadas na construção da imagem de Barbosa	52
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
7. ANEXOS	65

1. INTRODUÇÃO

Acontecimentos midiaticizados chamam a atenção do público em geral justamente por estamparem capas de jornais e revistas, serem tema de debates no rádio e por receberem atenção especial dos noticiários televisivos – constatada pelo tempo despendido para a abordagem dos assuntos relacionados. Além do grande interesse despertado nos leitores e espectadores, um evento intensamente divulgado e comentado pelos meios de comunicação de massa seduz um pesquisador estudante de jornalismo na exata medida em que tais acontecimentos ganham dimensões amplificadas.

O julgamento do esquema de corrupção que ficou conhecido como Mensalão é considerado por muitos como o mais explorado pelos veículos de imprensa na história recente do Brasil. Após um esquema de pagamento de propina a parlamentares do governo ter sido denunciado em 2005 pela reportagem da revista *Veja*, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que ficou conhecida como CPI dos Correios, foi instaurada para investigar o caso. A investigação foi encaminhada à Procuradoria-Geral da República que, por sua vez, decidiu oferecer a denúncia ao Supremo Tribunal Federal (STF). É aí que surge a figura do então ministro Joaquim Barbosa, relator do processo, a Ação Penal 470.

Na leitura do seu primeiro relatório, em agosto de 2007, Barbosa anunciou que, entre os acusados, estavam os nomes do ex-chefe da Casa Civil José Dirceu e do ex-presidente do Partido dos Trabalhadores José Genoíno. A partir daí, todo desenvolvimento do julgamento ganhou grande interesse da mídia nacional, que passou a contar o fato como um acontecimento de alta relevância para a história do país. Há de ser lembrado o fato de que a acusação de políticos por corrupção foi inédita na justiça brasileira. Pela primeira vez também, eles seriam julgados com chances reais de serem condenados à prisão. E, de fato, foi o que aconteceu ao fim de todo o processo.

Configurou-se, então, um acontecimento midiático, com destaque especial às argumentações enfáticas e eloquentes do então Joaquim Barbosa, que se tornaria, a partir disso, um personagem diariamente explorado pelos noticiários. É importante lembrar também que o escândalo do Mensalão foi deflagrado por matérias jornalísticas de cunho investigativo. Portanto, a própria imprensa tinha interesse em pressionar o poder público a investigar o caso e tomar as atitudes cabíveis para solucioná-lo.

O presente trabalho, sem a pretensão de ser uma análise definitiva, visa demonstrar como a revista *Veja*, do Grupo Abril, colaborou para a construção da imagem midiática do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, que acabou por se tornar protagonista

na cobertura jornalística do julgamento do Mensalão. Este estudo tem como recorte temporal o período em que o magistrado ocupou o cargo mais alto da Justiça brasileira: a presidência do STF. Nessa fase, de outubro de 2012 a julho de 2014, quando renunciou ao cargo, a *Veja* publicou três edições com a figura de Barbosa na capa, espaço da revista dedicado ao assunto de destaque de cada publicação.

A análise crítica dos textos, imagens e demais elementos gráficos das reportagens de capa das publicações selecionadas nos permite identificar os recursos retórico-discursivos utilizados pela revista, evidenciando a intenção de transformar Barbosa em uma espécie de herói. O trabalho buscou a seleção das reportagens anunciadas nas capas de cada exemplar por compreender que a *Veja*, baseada em um critério de noticiabilidade, considera o conteúdo noticiado sobre Barbosa como a informação de maior relevância na semana, digno de receber o destaque principal da edição. A construção da imagem do ministro como personagem infalível e exemplar não se dá de modo arbitrário e representa uma síntese da relação dialética entre elementos concretos de sua personalidade e sua apropriação pelo discurso de um veículo de comunicação hegemônico.

A partir dessa seleção, convém explicitar previamente as trajetórias pessoal e profissional de Barbosa que o levariam à posição de destaque dentro da conjuntura política do primeiro mandato do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Por conseguinte, também será abordado o seu papel como líder negro e de origem social humilde dentro da política institucional, fatores relevantes por servirem como base da exploração de sua imagem pela imprensa, já que há destaque para o fato de o personagem representar uma minoria social marginalizada que ascendeu a um status importante. Portanto, veremos que os princípios da meritocracia parecem permear todo o discurso a respeito de Joaquim Barbosa. Paralelo a esse aspecto, no contexto das revistas escolhidas, está a atuação de Barbosa no julgamento da Ação Penal 470 que serviu de pretexto para a *Veja* se apropriar de sua imagem e utilizá-la com o intuito de propagar sua posição editorial contrária ao Partido dos Trabalhadores (PT), como será tentaremos demonstrar no decorrer deste trabalho.

Também serão abordados posicionamentos tomados por Barbosa durante o julgamento da ação que, somado a características pessoais, foi contestado por representantes da política e do Poder Judiciário. Tais críticas foram suscitadas também pela súbita admiração que angariou dos setores conservadores da sociedade, ou seja, aquele que parece ser o público-alvo da revista. Como referência teórica para esta análise, será feito o estudo das edições à luz das teorias críticas dos teóricos da linguagem Norman Fairclough, Patrick Charaudeau e Roland Barthes.

Ao considerarmos o julgamento do Mensalão como acontecimento de grande repercussão midiática ocorrido no ano de 2012, pensamos na possibilidade de o indivíduo se tornar celebridade a partir de um acontecimento, momento em que ele também adquire o status de herói, atribuído pelas mídias e discussões do público. São relações que afetam valores percebidos nas pessoas e evidenciam um processo de interação entre o acontecimento, a mídia e a sociedade. Partindo desta realidade, este trabalho se propõe a investigar os processos de mitificação e heroificação do ministro Joaquim Barbosa, especialmente a partir do julgamento supracitado, o que está intimamente relacionado ao imaginário coletivo do brasileiro sobre a justiça e seus atores principais.

O trabalho pode ser dividido em dois momentos principais que se complementam. Um deles é o tratamento empírico do material selecionado. Inicialmente, será desenvolvida uma análise descritiva das reportagens de capa de três edições da revista *Veja*. No decorrer da leitura atenta dos textos, serão extraídos fragmentos que facilitem a compreensão dos pensamentos que podem estar implícitos nesses enunciados. Para isso, ao longo do desenvolvimento desta etapa, os trechos das matérias que forem destacados para tal revelação de sentidos receberão comentários a respeito do conteúdo e da forma como foram realizadas tais narrativas. A maneira como são dispostos os elementos gráficos nas páginas das reportagens, bem como as fotografias e as cores escolhidas, também serão componentes deste primeiro momento analítico do trabalho.

Numa segunda etapa, buscaremos encadear argumentos de alguns autores escolhidos para auxiliar na compreensão da orientação política de um veículo de comunicação, como também as estratégias discursivas utilizadas para a construção de uma imagem de herói. Especialmente essa etapa terá cunho teórico, o que permitirá a extração de conclusões da leitura realizada na fase mencionada anteriormente. As reflexões teóricas sobre o método da análise de discurso elaboradas por Norman Fairclough serviram de inspiração para este apanhado, assim como as ricas elucidações de Raoul Girardet acerca dos mitos políticos, que nos permitirá, mais adiante, teorizar sobre a figura do herói. Outra ideia importante é o conceito de “linguagem roubada”, desenvolvido por Roland Barthes no livro *Mitologias*, enriquecedor para a presente pesquisa na medida em que evidencia que a construção da imagem de Joaquim Barbosa pela *Veja* implica uma naturalização e uma neutralização das intenções políticas da revista. É fundamental para a análise aqui proposta sua noção de que o mito é uma forma de linguagem, com sua própria estrutura linguística, mas que se apropria de um discurso anterior a ele para alterar o sentido original, simplificando-o.

Além desta introdução, outros quatro capítulos formam o trabalho. A estrutura adotada visa possibilitar a relação entre os capítulos e subcapítulos a fim de construir, de forma clara e organizada, um trabalho coerente e uniforme. No segundo capítulo, o assunto será a trajetória de vida de Joaquim Barbosa. Em sua primeira parte, este capítulo trará informações a respeito da infância e da adolescência do ex-ministro. As características principais, como o fato de sua família ter sido pobre e de ter estudado durante toda sua vida em escolas públicas, são insumos fundamentais para as reportagens produzidas a seu respeito. Por esta razão, é justificável e, até mesmo indispensável, o conteúdo deste segundo capítulo, já que trata de aspectos amplamente explorados pela revista. Na segunda parte deste capítulo, os passos que levaram Barbosa aos cargos públicos mais importantes que ocupou serão descritos, passando por sua carreira acadêmica até as atividades nos mais variados postos no Brasil e no exterior. Nesse contexto, o mais importante passo será a nomeação para o STF pelo ex-presidente Lula em 2003. Sua participação no julgamento do Mensalão – mais famoso caso que participou – e em outros casos de grande repercussão também deverá ser abordada neste item do trabalho.

No capítulo 3, serão justificados a escolha do veículo *Veja* e o recorte temporal que vai desde a eleição de Joaquim Barbosa para o cargo de presidente do STF até a data de sua renúncia. O referido período vai de 10 de outubro de 2012 à 31 de julho de 2014. Também será fornecido um breve histórico da revista *Veja* e do Grupo Abril, complexo empresarial ao qual ela pertence. No decorrer da descrição das reportagens selecionadas para este estudo, também serão desenvolvidas explicações baseadas em diversos autores, já dando início a uma análise mais profunda do conteúdo. As três reportagens selecionadas para a análise, portanto, são “E agora, Joaquim?” (edição 2376), “A lei e os fora da lei” (2349) e “O menino pobre que mudou o Brasil” (2290).

A leitura detalhada e fundamentalmente crítica do material levará ao destaque de trechos dos textos jornalísticos analisados, bem como das fotografias que ilustram as matérias, suas legendas e a distribuição gráfica dos elementos discursivos que compõe e ilustram as narrativas. As escolhas lexicais e a abordagem dos fatos para a feitura das manchetes das capas, das reportagens e dos textos, além de outras características formais, também constituem o material que será investigado neste capítulo. Logo, a atenta interpretação dos enunciados presentes nas matérias da *Veja* colaborará para a compreensão dos significados explícitos no seu discurso e buscará revelar os significados que estiverem de alguma forma ocultos ou implícitos. Pois, como afirma Antônio Joaquim Severino, autor do livro *Metodologia do trabalho científico*, a análise do conteúdo das mensagens, a partir da observação da linguagem

e dos enunciados, fornece “indicadores significativos, indispensáveis para a compreensão dos problemas ligados às práticas humanas e a seus componentes psicossociais” (1941, p. 121).

O capítulo 4 compreende uma interpretação do discurso descrito no anterior. Seu primeiro item aborda, de maneira geral, as formas de construção da imagem pela mídia. É sabido que os meios de comunicação exercem relevante e fundamental papel na divulgação das informações e do conhecimento. Além disso, também colaboram de forma decisiva para a formação da opinião pública e do imaginário e memória coletivos. Diversas vezes, mesmo sob a ilusão da imparcialidade, veículos de imprensa constroem mitos. Este processo é feito através de opções de cobertura, da seleção dos assuntos considerados mais importantes a partir de critérios determinados pelos coordenadores de uma empresa jornalísticas e da edição de textos e imagens. Enfim, este subcapítulo vai tratar teoricamente de processos de construção de imagem realizados pela mídia de forma geral, sem uma relação direta com o caso estudado neste trabalho.

No segundo e último tópico deste capítulo, a imagem de Joaquim Barbosa, que é o assunto principal deste trabalho, volta a ser discutida. O papel desempenhado pelas publicações na construção da imagem de Joaquim Barbosa será analisado com base nos conceitos e explicações fornecidas no subcapítulo anterior. Essa parte interpretará criticamente os processos de construção de imagem realizados pelas edições descritas da revista *Veja*. O conteúdo das reportagens, como frases, manchetes, fotografias e outras componentes do texto jornalístico será relacionado a determinadas características da sociedade brasileira e do perfil editorial da revista. Assim, será possível arriscar algumas conclusões da leitura aprofundada do material. A ideia aqui é tornar explícitas as ideologias presentes nas entrelinhas das matérias jornalísticas e apontar algumas características do discurso midiático promovido pela *Veja* como ferramentas de construção do imaginário e da memória social.

Por fim, um capítulo dedicado às considerações finais trará um balanço das avaliações junto a uma série de conclusões que poderão ser tiradas em consequência das análises feitas nas etapas anteriores. Nesta parte final, será demonstrado que a investigação em torno da imagem de Joaquim Barbosa permanece um assunto atual. Diante da magnitude da repercussão na mídia, tanto do personagem quanto do julgamento do Mensalão, acreditamos ser necessário melhor compreender os processos comunicacionais de forma geral. Esta pesquisa estudará especificamente a revista *Veja*, importante dispositivo de veiculação de informação que está associado à dimensão sociopolítica da figura de um homem que representou a lei e a Justiça tendo sido, portanto, ator fundamental dos últimos acontecimentos políticos da nação brasileira.

2. A TRAJETÓRIA DE JOAQUIM BARBOSA

Este capítulo não tem como pretensão desenvolver a biografia do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa, mas sim esboçar uma breve descrição de sua trajetória de vida dividindo-a em duas partes. Na primeira, será destacada a origem social do personagem sobre o qual esse trabalho se baseia. Dessa forma, informações a respeito da sua cidade natal, infância e família serão apresentadas. Apontar as características socioeconômicas familiares de Joaquim Barbosa é importante por ser um aspecto amplamente explorado pelas matérias da revista *Veja*, cujas edições 2290, 2349 e 2376 são objeto deste trabalho. Na segunda parte deste capítulo, serão apresentadas as etapas da vida pública de Joaquim Barbosa. Serão listados, em ordem cronológica, os passos trilhados pelo ex-ministro em direção ao cargo mais relevante que ocupou durante sua vida como servidor público: a presidência do Superior Tribunal Federal (STF).

A carreira acadêmica do jurista e sua atuação em julgamentos de grande interesse público e midiático são, além de pontos-chave da trajetória de Barbosa, importantes elementos a considerar e servirão de enquadramento para a análise dos textos publicados pela revista *Veja*. Portanto, ambas as fases descritas neste capítulo guardam grande relevância para os capítulos seguintes que completam este trabalho. A intenção é introduzir a figura do ex-ministro de forma objetiva para que, nos próximos capítulos, seja possível analisar que aspectos de sua trajetória foram considerados relevantes para a revista *Veja*. Esse processo será feito, é claro, reconhecendo que todas as informações elencadas aqui são oriundas de fontes secundárias, ou seja, de outros meios de comunicação, já que não foi realizada entrevista nem com o próprio personagem nem com qualquer membro de sua família.

2.1. Antes da vida pública

Joaquim Benedito Barbosa Gomes nasceu em 7 de outubro de 1954 na cidade de Paracatu, localizada no noroeste do estado de Minas Gerais e que faz fronteira com municípios de Goiás. Natural de uma cidade que possui atualmente cerca de 90 mil habitantes, Joaquim Barbosa é o primogênito de uma família de oito filhos. Seu pai era pedreiro e sua mãe dona de casa. Quando criança, Joaquim ajudava o pai fazendo tijolos na pequena olaria que possuíam e carregando lenha na caminhonete da família.

Quando seus pais se separaram, no início de sua adolescência, Barbosa passou a cuidar da família, assumindo função de chefe de família. Porém, já aos 16 anos, foi sozinho para

Brasília, onde morou com uma tia e passou a trabalhar na gráfica do jornal Correio Braziliense. Também foi compositor gráfico do Senado entre os anos de 1973 e 1976. Logo após, foi oficial do Ministério de Relações Exteriores, até 1979. Ainda em Paracatu, cursou o Ensino Fundamental no Grupo Escolar Dom Serafim Gomes Jardim e no Colégio Estadual Antônio Carlos. O Ensino Médio, então chamado Segundo Grau, foi feito no Colégio Elefante Branco, já em Brasília. Mais tarde, Joaquim Barbosa graduou-se em Direito na Universidade de Brasília, onde, em seguida, obteve mestrado em Direito do Estado, com bolsa de estudos do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Nessa época, circulava pela cidade em um Fusca, que ele mesmo apelidou de Burro Baio.¹

Joaquim se casou com Marileuza Francisco de Andrade, com quem teve seu único filho: Felipe de Andrade Barbosa Gomes (1985). Após se tornar conhecido nacionalmente, um fato sobre seu passado veio à tona: em 1986 sua ex-mulher registrou queixa acusando Joaquim Barbosa de tê-la agredido fisicamente. O acontecido foi revelado pela própria revista *Veja*, na edição de 14 de maio de 2003.

Entre os anos 1976 e 1979, Barbosa prestou serviços à Embaixada Brasileira na Finlândia como Oficial de Chancelaria do Ministério das Relações Exteriores. Ainda antes de sua nomeação para o Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa exerceu outros cargos na administração pública. Foi membro do Ministério Público Federal de 1984 a 2003, com atuação em Brasília até 1993 e depois no Rio de Janeiro, onde ainda reside. Também atuou como chefe da Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde entre 1985 e 1988 e como advogado do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) entre os anos 1979 e 1984.

Sua formação acadêmica é frequentemente citada e elogiada. Junto ao exercício de cargos no serviço público, Joaquim Barbosa manteve ativa sua carreira acadêmica. Ele é Doutor em Direito Público pela Universidade de Paris-II (Panthéon-Assas), onde esteve entre 1988 a 1992. Lá, Barbosa obteve três diplomas de pós-graduação. Cumpriu também o programa de Mestrado em Direito e Estado da Universidade de Brasília de 1980 a 82, o que lhe conferiu o status de especialista em Direito e Estado.

Joaquim Barbosa é também professor licenciado da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde lecionou as disciplinas de Direito Constitucional e Direito Administrativo. Em 1999 e 2000, foi *Visiting Scholar* no Human

¹ MADER, H. Conheça a história de vida do ministro Joaquim Barbosa. **O Imparcial**, São Luís, 8 de abril de 2012. Disponível em: http://www.oimparcial.com.br/app/noticia/politica/2012/10/08/interna_politica,124242/conheca-a-historia-de-vida-do-ministro-joaquim-barbosa.shtml - Acessado em 16 de abril de 2015

Rights Institute da Columbia University School of Law, Nova Iorque, e na University of California Los Angeles School of Law (2002-2003). Barbosa também é conhecido pelas palestras que dá, tanto no Brasil quanto no exterior. Foi bolsista do CNPq (1988-92), da Ford Foundation (1999-2000) e da Fundação Fullbright (2002-2003).

Barbosa escreveu alguns livros e tem dois publicados. Um deles está disponível em francês, já que foi sua tese de doutorado em Paris. Ele é autor das obras *La Cour Suprême dans le Système Politique Brésilien*, publicada na França em 1994 pela *Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence* (LGDJ), na coleção *Bibliothèque Constitutionnelle et de Science Politique*. O livro *Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade - O Direito como Instrumento de Transformação Social: A Experiência dos EUA* também é de sua autoria e foi publicado pela Editora Renovar, no Rio de Janeiro em 2001. Nas obras de Barbosa também se incluem dezenas de artigos de doutrina.

2.2. A vida pública

Joaquim Barbosa foi nomeado Ministro do STF pelo então presidente da República Luís Inácio Lula da Silva em 25 de junho de 2003. Assumiu a presidência da mais alta Corte da Justiça brasileira no dia 22 de novembro de 2012 e renunciou ao cargo em 31 de julho de 2014. Foi reconhecido como o primeiro presidente negro do STF. Como membros negros desse tribunal também são lembrados os ex-ministros Hermenegildo de Barros e Pedro Lessa. Entretanto, nenhum deles teve tanta popularidade e destaque midiático quanto Barbosa.

Quando foi indicado pelo ex-presidente Lula para o cargo de ministro do Supremo, Barbosa estava como Procurador Geral da República no Rio de Janeiro. Na ocasião também foram indicados os nomes do desembargador paulista Antonio Cezar Peluso e do advogado Carlos Ayres Brito. Os três iriam substituir os então ministros Ilmar Galvão, Sydney Sanches e Moreira Alves, que tiveram que se aposentar compulsoriamente por terem completado 70 anos de idade. A indicação de Barbosa foi aprovada por unanimidade pelos senadores da Comissão de Constituição e Justiça no dia 21 de maio de 2003. No seguinte dia 28, a votação foi ao plenário do Senado e a aprovação se repetiu também sem votos contrários a Barbosa.

A escolha aconteceu em meio a divulgação da denúncia que sua ex-mulher havia registrado na década de 1980, acusando-o de tê-la agredido fisicamente. Diante dessa polêmica, a ministra do STF Ellen Gracie, na ocasião única mulher da Corte, chegou a questionar a chegada do novo colega: “Vai vir para cá um espancador de mulher?”. O novo ministro chegou

a encaminhar ao Gabinete Civil da Presidência da República uma carta, assinada pela ex-mulher, afirmando que o ocorrido havia sido superado.²

A participação dele no STF foi marcada por diversos casos que ficaram muito famosos na época. Alguns dos mais marcantes foram: a abertura dos arquivos da guerrilha do Araguaia, a negação de habeas-corpus para o estudante Gil Rugai (acusado de matar o pai e madrasta), a votação da fidelidade partidária, a questão das pesquisas com células tronco, a extradição de Cesare Batisti, o caso da família Nardoni e o mais emblemático, altamente explorado pela imprensa em todo o Brasil, a Ação Penal 470, popularmente conhecida como Mensalão.

Em outubro de 2007, Joaquim Barbosa foi voto vencido na votação sobre Fidelidade Partidária. Barbosa votou contra a perda de mandato dos políticos eleitos proporcionalmente (deputados e vereadores) que trocassem de partido, entendendo que as siglas não têm direito de exigir fidelidade de seus representantes e que o mandato não pertence a elas, mas sim ao parlamentar.³ No ano seguinte, tornou-se vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral, quando o presidente eleito foi Carlos Ayres Britto. A votação a respeito das pesquisas com células tronco também foi considerada memorável. Barbosa votou a favor e sua posição venceu em uma disputa apertada, com seis votos pró e cinco contrários. Em agosto do mesmo ano, Joaquim volta a ser voto vencido ao se posicionar contra a impossibilidade de rejeição pelos Tribunais Regionais Eleitorais dos candidatos que apresentem “ficha suja”. Contudo, a decisão vitoriosa do STF manteve a Lei de Inelegibilidade⁴, segundo a qual ninguém pode ser privado do direito político de se candidatar enquanto o processo a que responde não tiver sido julgado em última instância.⁵

² JÚNIOR, P. Enfim um negro chega lá. *Veja*: São Paulo, v. 36, n. 19, p. 50-51, 14 de maio de 2003.

³ O STF decidiu, no dia 27 de maio de 2015, que a regra da fidelidade partidária não valerá para políticos eleitos em disputas majoritárias (presidente, governador, prefeitos e senadores). Segundo a regra, se um político eleito pelo sistema proporcional (deputados e vereadores) mudar de partido sem causa justificada, o mandato fica com a legenda, que o substituirá pelo próximo candidato na lista dos mais votados naquela eleição. Nesses casos, o político que trocou de partido perde o cargo. Joaquim Barbosa foi contra essa determinação.

⁴ Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 recebeu alterações a partir da Lei Complementar 135/10, que instituiu outras hipóteses de inelegibilidade. Com a novidade, passaram a ser considerados inelegíveis os candidatos que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão da prática de crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; e contra o meio ambiente e a saúde pública. Serão declarados inelegíveis ainda os candidatos que tenham cometido crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; de redução à condição análoga à de escravo; contra a vida e a dignidade sexual; e praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando.

⁵ STF DECIDE PELA CONSTITUCIONALIDADE DA LEI DA FICHA LIMPA. **Portal Internacional do STF**, Brasília, 17 de fevereiro de 2012. Disponível em: http://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/destaquesClipping.php?sigla=portalStfDestaque_pt_br&idConteudo=200628 – Acessado em 15 de junho de 2015.

Quando o Supremo vetou, no mesmo mês, a prática de nepotismo nos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário –, Joaquim se absteve. Em novembro de 2009, Joaquim também votou contra a extradição do italiano Cesare Batisti, acusado de participar de um homicídio e de ações terroristas. O julgamento teve duração de três dias e os ministros concordaram que o então presidente Lula não era obrigado a extraditar o procurado italiano. Outro caso acompanhado de perto pela imprensa e que teve participação relevante de Barbosa com sua decisão foi o do casal Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá. Acusados de terem provocado a morte da menina Isabella Nardoni, os dois foram a júri popular em março de 2010, após Joaquim Barbosa ter negado liminar para adiantar o julgamento dos réus. Uma decisão de Joaquim contrariou até alguns de seus admiradores que adotam uma postura conservadora: foi em 2011, quando ele votou a favor do reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo, medida que estendeu os direitos e deveres das uniões heterossexuais aos casais homoafetivos, como por exemplo a adoção de crianças. Outra decisão vista com maus olhos por parte significativa da sociedade foi a polêmica da interrupção de gravidez de fetos anencéfalos. Em abril de 2012, Barbosa contribuiu com a aprovação da medida, o que contrariou diversas entidades religiosas.

No entanto, foi um julgamento em especial que deu tamanha visibilidade e pretexto para a exploração da sua imagem pelas empresas jornalísticas mais tradicionais do país. O Supremo Tribunal Federal concluiu que o Mensalão foi um esquema ilegal de financiamento político organizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para garantir apoio dos parlamentares ao governo Lula no Congresso em 2003 e 2004, logo após a chegada do partido ao poder. Para isso, o esquema – denunciado pelo então deputado federal Roberto Jefferson – baseava-se na compra de votos por uma determinada quantia em dinheiro desviado dos cofres públicos que era paga mensalmente a deputados.

O julgamento do Mensalão, do qual participou em primeiro momento como relator e depois como presidente da Corte, deu ao ministro a fama de ser rígido e inflexível. Ele foi um dos que menos absolveu réus. Barbosa assumiu em 2006 a relatoria da denúncia contra os acusados do Mensalão feita pelo então Procurador-Geral da República, Antonio Fernando de Souza. O julgamento foi concluído no dia 17 de dezembro de 2012, com a absolvição de 12 réus, condenação de 25 e um levado à primeira instância. O julgamento do processo durou quatro meses e meio e teve 53 sessões.

Por um lado, toda essa dureza na apreciação rendeu a Barbosa a admiração de muitos que torciam pela condenação dos julgados. Por outro lado, ele também foi fortemente criticado

pelos que avaliaram suas penas como exageradas e suas decisões como mal argumentadas. Paulo Moreira Leite aponta supostas contradições do julgamento que considera político.

O tráfico de influência, os desvios e abusos são, essencialmente, uma forma de distorcer a vontade popular e alugar o Estado aos interesses de quem pode pagar mais, exercendo um efeito nocivo sobre os regimes democráticos. Mas a investigação e condenação de toda denúncia deve ser feita de acordo com as regras elementares de funcionamento da Justiça, que não pode admitir condenações sem provas consistentes, nem aceitar práticas seletivas para casos iguais. O acompanhamento do julgamento mostra que é difícil negar que se assistiu a um processo com contradições e incongruências. (LEITE, 2013, p.14)

Ao ser questionado pelo ministro Marco Aurélio Mello pela falta de critérios para a votação, não teve paciência para as observações e entrou em uma discussão acalorada com o colega: “Cuide das palavras quando eu estiver falando”, afirmou Mello. Em resposta, Barbosa disse: “Eu sei utilizar muito bem o vernáculo”. Retrucando, Mello completou: “Não sabe. Estamos no Supremo. Não cabe debochar”.⁶

A quebra do sigilo fiscal dos 38 réus do Mensalão foi ordenada por Joaquim Barbosa em março de 2011. O voto do magistrado, como relator do processo, foi seguido pela maioria de seus pares em todas as 112 votações que o tribunal realizou durante o julgamento, sendo em 96 delas por unanimidade.

Algumas posições, posturas e decisões do ex-ministro foram avaliadas como polêmicas por significativa parcela dos advogados, políticos e jornalistas do país. A maior parte das críticas se concentra em torno da suspeita de que Joaquim Barbosa decidisse julgamentos ignorando artigos da Constituição Federal ou pelo menos os interpretando de sua maneira para que, deliberadamente, os argumentos ficassem de acordo com sua opinião pessoal. Chegou a ser dito por parlamentares em Brasília que Barbosa agiu como um imperador no absolutismo.⁷ Por se negar a receber advogados em seu gabinete, por exemplo, o jurista ganhou a antipatia e a discordância de outros homens da Justiça.

A personalidade marcante de Joaquim Barbosa foi um prato cheio para toda a imprensa. Entre desentendimentos com seus pares, como os episódios de bate-boca com os também ministros do STF Gilmar Mendes e Marco Aurélio Mello, o homem que representava o nível

⁶ COSTA, F.; NÉRI, F. Relembre as polêmicas de Joaquim Barbosa como ministro do Supremo. **G1**, Brasília, 31 de maio de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/05/relembre-polemicas-de-joaquim-barbosa-como-ministro-do-supremo.html> - Acessado em 4 de maio de 2015.

⁷ VARGAS AO 247: “BARBOSA AGE COMO UM IMPERADOR”. **Brasil 247**, 18 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/parana247/108920/Vargas-ao-247-Barbosa-age-como-um-imperador.htm> - Acessado em 29 de abril de 2015.

supremo da Justiça brasileira parecia estar apenas fazendo seu trabalho sem se preocupar muito em agradar ou tratar bem os seus companheiros. Sem pensar antes de falar e aparentando ter a determinação de extinguir os problemas de corrupção do país, Joaquim não poderia passar longe dos ouvidos e olhos atentos dos jornalistas em busca de notícias frescas.

O relacionamento de Joaquim Barbosa com a imprensa foi, especialmente durante o período em que presidiu o STF (outubro de 2012 a julho de 2014), marcado por altos e baixos. A mesma imprensa que por anos o idolatrou e o tornou uma pessoa pública admirada pela população em geral foi mal tratada e humilhada pelo ministro nervoso e áspero. Em 5 de março de 2013, Joaquim Barbosa estreou novamente as capas dos jornais. Mas dessa vez foi porque, irritado com as perguntas do jornalista Felipe Recondo, do jornal *Folha de S. Paulo*, mandou o repórter chafurdar no lixo para encontrar suas notícias. Além do mais, Barbosa o insultou chamando de palhaço.⁸ Mais tarde, tendo admitido que sua resposta havia sido excessivamente ríspida, o então presidente do STF se desculpou e disse que sentia fortes dores na coluna, por isso estaria sem paciência.

A agressão de Barbosa aconteceu após o repórter pedir, baseado na Lei de acesso à informação, dados referentes às despesas com dinheiro público de ministros do STF tais como: passagens aéreas, gastos com saúde e reformas em apartamentos funcionais. Na época, noticiava-se a autorização que Barbosa dera para a reforma dos banheiros do apartamento que ele ocuparia e que custaram algo em torno de R\$ 90 mil para o STF. Em outubro de 2013, Joaquim Barbosa enviou um ofício ao vice-presidente do STF, Ricardo Lewandowski, para que ele afastasse do seu gabinete a servidora concursada Adriana Leineker Costa, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. O ofício não cita, mas Adriana é casada com o repórter Felipe Recondo. Joaquim Barbosa argumentou que manter aquela servidora seria uma atitude antiética, pela relação dela com o jornalista. O ministro Lewandowski respondeu que não havia motivo justificável para o afastamento.

Essa passagem não foi o suficiente para que os jornalistas dos veículos de maior circulação reduzissem a atenção dada à Joaquim Barbosa. Como será visto com mais detalhes nos próximos capítulos, repetidas vezes foi mencionado o legado que ele teria deixado à sociedade brasileira. Um homem de origem familiar pobre e negro ganhou ares de herói nacional como uma espécie de justiceiro contra a corrupção. O personagem caiu bem, tendo visto que historicamente a cultura brasileira escolhe líderes para ter onde apoiar sua esperança

⁸ OLIVEIRA, M. 'Vá chafurdar no lixo', diz presidente do STF a repórter. **G1**, Brasília, 5 de março de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/va-chafurdar-no-lixo-diz-presidente-do-stf-reporter.html> - Acessado em 29 de abril de 2015.

e diminuir seus receios.⁹ A BBC Brasil, por exemplo, o colocou entre os dez brasileiros que foram notícia no mundo em 2013 e a revista americana *Time* o classificou como uma das cem pessoas mais influentes do mundo no mesmo ano.

O julgamento no STF da Ação Penal 470, popularmente conhecido como Mensalão, foi a grande oportunidade de fortalecimento da imagem de Joaquim Barbosa, principalmente entre os que estavam ávidos pela punição dos membros do Partido dos Trabalhadores envolvidos no escândalo de corrupção por muitos considerados o “maior” da história do Brasil. Esse caso foi altamente explorado pelos veículos de imprensa que, mesmo sem assumir publicamente, defendem através de seu perfil editorial a política de oposição ao governo do PT. Essa e outras características da revista *Veja* serão descritas no capítulo seguinte. Muitos brasileiros, especialmente os de classes sociais mais favorecidas – identificadas com os veículos de imprensa direcionados ao público de maior poder aquisitivo – foram contagiados pela espetacularização¹⁰ desse processo no STF e também se tornaram fãs do ex-ministro.

Durante e após o julgamento do Mensalão, Joaquim Barbosa se transformou em uma das figuras públicas mais comentadas do país. Suas atitudes e declarações passaram a ser noticiadas por toda a imprensa nacional. Com cada vez mais visibilidade, os últimos meses em que Joaquim Barbosa exerceu o cargo de presidente do Supremo foram marcados pela pressão de seus admiradores para que se filiasse a um partido político apenas para candidatar-se à presidência do Brasil.¹¹ Por algum tempo ele permaneceu sem negar ou afirmar essa possibilidade, mas após renunciar ao cargo em julho, distanciou-se da mídia e disse que viajaria pelo mundo.

Muitos concordam que o julgamento do Mensalão foi o mais midiático desde a chegada da televisão ao Brasil, como destaca Leite (2013). As sessões foram transmitidas ao vivo e na íntegra pela *TV Justiça*, do Poder Judiciário, e pela *Globo News*, canal fechado no estilo *All News* do Grupo Globo. A repercussão de cada julgamento ocorria logo em seguida, nos jornais

⁹ Na história do Brasil, podemos verificar outros casos semelhantes. Na República Velha, temos a figura do personagem histórico Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Neste caso, foi construída a imagem de um mártir que teria lutado e morrido pela instauração da República no país. Na história recente, podemos citar o ex-presidente Fernando Collor de Melo, eleito em 1989 com o status de “caçador de marajás”. Título que, inclusive, estampou a capa da revista *Veja* em maio do ano anterior. Parte da população depositava em Collor a esperança de ter um país menos corrupto. No entanto, ele sofreu impeachment e não terminou o mandato.

¹⁰ Ideia extraída da obra *A Sociedade do Espetáculo* (1967) do escritor francês Guy Debord. Com forte inspiração marxista, o autor tece críticas ao modelo capitalista que faz do espetáculo (um tipo de relação social mediada por imagens, conforme sua tese de número 4) uma eficiente ferramenta de controle.

¹¹ GARCIA, J. Barbosa diz que não descarta candidatura após sair do STF. **Rádio UOL**, Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2013. Disponível em:

<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/10/14/barbosa-diz-que-nao-descarta-candidatura-politica-apos-sair-do-stf.htm> - Acessado em 29 de abril de 2015.

noturnos. Declarações e comentários mais impactantes eram selecionados para ilustrar os jornais e garantir o clima de disputa e conflito, além de definir implicitamente as personalidades dos ministros participantes. No dia seguinte, o assunto estava na primeira página dos principais jornais e, no fim de semana, nas capas das revistas semanais.

Joaquim Barbosa, relator do caso, tornou-se personagem conhecido nas ruas. Máscaras de seu rosto foram lançadas para o carnaval de 2013. Nas semanas finais do julgamento, jornalistas de vários veículos especulavam sobre a hipótese de Joaquim Barbosa concorrer à Presidência da República – num país onde a oposição ao governo Lula sofreu três derrotas consecutivas desde 2002. (LEITE, 2013, p. 12)

Logo em seguida à renúncia, Joaquim Barbosa tentou filiar-se à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Brasília, mas teve seu pedido impugnado pela presidência do órgão com a justificativa de que ele não possui idoneidade moral para exercer a advocacia. Joaquim recorreu e conseguiu obter a inscrição na Ordem.¹²

¹² PASSARINHO, Nathalia. OAB-DF decide conceder registro de advogado a Joaquim Barbosa. **Site G1**, Brasília, 20 de outubro de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/oab-df-decide-conceder-registro-de-advogado-joaquim-barbosa.html> - Acessado em 20 de junho de 2015.

3. JOAQUIM BARBOSA NA PRESIDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SEGUNDO A REVISTA *VEJA*

A escolha da revista *Veja* como o veículo a ser analisado neste trabalho se deve principalmente ao fato de esta ser a publicação semanal mais popular entre os leitores brasileiros há décadas. A *Veja* possui a maior circulação líquida nacional, contabilizando uma tiragem de 1.121.616 exemplares de acordo com o último levantamento do Instituto Verificador de Circulação.¹³ Segundo Van Dijk, “não há dúvida de que, dentre todas as formas de texto impresso, as dos meios de comunicação de massa são as mais penetrantes, se não as mais influentes, a se julgar pelo critério de poder baseado no número de receptores” (2008, p. 12).

A *Veja*, fundada em 1968 já com a pretensão de se tornar o semanário informativo mais lido no Brasil, é produto do Grupo Editorial Abril. Atualmente, a editora Abril é líder em 21 dos 25 segmentos em que atua e tem sete entre as 10 revistas mais lidas do país. A revista *Veja* é seu produto mais popular e também é a maior revista do Brasil e a segunda maior e mais lida revista semanal de informação do mundo, sendo a maior do mundo fora dos Estados Unidos.¹⁴

A intenção neste capítulo é elencar uma série de elementos textuais retirados das matérias jornalísticas de capas da *Veja* que utilizaram a imagem do ex-ministro Joaquim Barbosa como destaque. O período escolhido vai de 10 de outubro de 2012 a 31 de julho de 2014, intervalo no qual ele presidiu a mais alta Corte da justiça nacional. O objetivo é que esta investigação nos permita avaliar como o veículo construiu a imagem de Barbosa nas três reportagens publicadas nesse recorte temporal, que se inicia na eleição de Joaquim Barbosa para o cargo de presidente do STF até a data de sua renúncia.

A decisão de selecionar esta determinada revista para tal análise não se deve apenas ao fator popularidade que é comumente atribuído a ela, mas também por levar em consideração a sua influência na formação da opinião pública, sobretudo quando o assunto está no campo da política, talvez sua temática privilegiada. Além disso, a *Veja* é reconhecida como adepta a um discurso conservador, mesmo que este posicionamento não esteja explícito em seu editorial. O fato de a revista *Veja* estar geralmente atuando em oposição ao governo do PT também reforça a escolha de seu material para o projeto proposto.¹⁵

¹³ CIRCULAÇÃO GERAL. Publiabril. Disponível em: <http://www.publiabril.com.br/tabelas-gerais/revistas/circulacao-geral> - Acessado em 30 de abril de 2015.

¹⁴ <http://www.grupoabril.com.br/institucional/editora-abril.shtml> - Acessado em 11 de maio de 2015.

¹⁵ Além dos textos publicados por seus colunistas demonstrarem tal posicionamento, há edições da revista em que essa postura contrária ao PT fica clara nas reportagens principais. Um dos exemplos recentes é a revista lançada

Ainda justificando a escolha das três edições, é necessário salientar que o objetivo é pinçar elementos que possam fornecer uma visão minimamente abrangente de todo o trabalho de construção da imagem do ex-ministro Joaquim Barbosa pela revista mais lida do país, levando ainda em consideração a época em que o nosso personagem esteve na posição de poder mais alta de toda a sua carreira, momento que culminou na condenação de vários réus do julgamento do Mensalão, altamente acompanhando pela mídia televisiva e impressa.

Por último, faz-se necessário justificar também a opção por uma revista e não outro gênero jornalístico como jornal diário, rádio, televisão ou até mesmo conteúdo de Internet. Este trabalho avalia que, devido a periodicidade ser semanal e, por consequência, haver mais tempo para discussão, o material fornecido por uma revista deste tipo é fruto de um desdobramento mais complexo de fatos e da repercussão das edições anteriores. Aliado a esse aspecto está a extensão dos textos publicados e a variedade de fotografias, infográficos e outros recursos informativos.

Mesmo que o enfoque deste trabalho seja analisar estas três edições da *Veja* veiculadas no período em que Joaquim Barbosa ocupou o cargo de presidente do Supremo Tribunal Federal, é importante salientar, ainda, que anos antes deste espaço de tempo, ele já era personagem conhecido e altamente popular. Como bem destacou Costa (2013), por ser o relator de um processo considerado histórico, o ministro foi pautado pela imprensa desde o primeiro dia de julgamento, em 22 de agosto de 2007, na leitura do seu primeiro relatório, quando anunciou a tão repercutida lista de acusados liderados por membros do PT. A partir daquela ocasião, o ministro teve um salto considerável em sua visibilidade, com sua imagem pública cada vez mais comentada pelos meios de comunicação.

Enfim, as três reportagens são as principais das seguintes edições de *Veja*: “O menino pobre que mudou o Brasil” (edição 2290), “A lei e os fora da lei” (2349) e “E agora, Joaquim?” (2376). A leitura detalhada levará ao destaque de trechos dos textos jornalísticos analisados, bem como das fotografias que ilustram as matérias e suas legendas. As palavras selecionadas para as manchetes das capas e outras características formais também constituem o material a ser investigado nas revistas.

3.1. Edição 2290

no dia 23 de outubro de 2014, às vésperas da eleição presidencial, cujo título foi “Eles sabiam de tudo”. ‘Eles’ eram o ex-presidente Lula e a então candidata Dilma Rousseff, que tinham seus rostos como ilustração da referida capa. “Tudo” seria o esquema de corrupção na Petrobras desvendado pela operação Lava-Jato, da Polícia Federal. O Tribunal Superior Eleitoral deu direito de resposta aos petistas após a publicação.

Seguindo a ordem cronológica, a edição 2290 da *Veja*, publicada em 10 de outubro de 2012, é a primeira das três selecionadas para a realização deste trabalho. É relevante mencionar que tal exemplar obteve uma venda que somou, em todo território nacional, cerca de 1.217.570 exemplares (COSTA, 2013, p. 161), número superior à média mencionada anteriormente. É importante ressaltar que a matéria da capa de uma revista é a mais importante daquela edição. Ora,

Entendida como unidade comunicativa, assim como os outros gêneros discursivos, uma capa de revista é *um tipo relativamente estável de enunciado*, que se compõe por três elementos essenciais: conteúdo temático, estilo e construção composicional. [...] Todo gênero discursivo manifesta uma intenção do autor que pode ser a de informar, divertir, seduzir, orientar ou convencer o seu interlocutor. A capa é uma página que tem como primeiro propósito comunicativo atrair o leitor. Para tanto, tem disponíveis não só elementos linguísticos verbais como também os não-verbais, constituindo-se, assim, um grande enunciativo com poder de influenciar seu interlocutor.¹⁶

Assim sendo, o leitor adquire o material quase sempre pelo interesse na reportagem principal. Como em todo material jornalístico, a reportagem de capa é o destaque de uma edição e tem por objetivo central fisgar o leitor, chamar a atenção dele para o assunto que, de acordo com aquele veículo, é o mais importante do momento. A capa de uma revista funciona como uma espécie de embalagem e, simultaneamente, como um cartaz que faz a propaganda daquela edição. Portanto, é a capa que fisga o leitor e o leva a comprar a publicação, seduzido pelo chamariz estampado na primeira página da revista. Então, ilustrar a capa de uma revista com o retrato de alguém coloca automaticamente aquela pessoa em evidência.

No caso abordado, a ênfase é um personagem já conhecido pelo público em geral, o então presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa. No entanto, seu retrato não é atual, o rosto que ilustra a manchete não é famoso (figura 1). Trata-se de uma fotografia de Barbosa feita quando ele tinha 14 anos de idade e ainda vivia na pequena Paracatu, no interior do estado de Minas Gerais.

Ainda na capa, na parte inferior sobre a foto 3x4 ampliada de Joaquim Barbosa, está escrita a manchete “O menino pobre que mudou o Brasil”. Apenas na legenda da imagem, com letras menores, é possível confirmar que o jovem do retrato é Joaquim Barbosa. Nessa legenda,

¹⁶ BARBOSA, H. H. A. L. *O uso mercadológico da imagem infantil e o julgamento sumário em capas da revista Veja - um olhar bakhtiniano*. In: XIII ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - IX MOSTRA PÓS-GRADUAÇÃO, 2008, Taubaté. Disponível em http://www.jornalonline.com.br/2008/out/focus/analise_artigo_focus_jornalonline.com.br_edicao022.pdf - Acessado em 11 de maio de 2015. Grifos do autor.

seu nome está destacado em vermelho no meio da frase “O ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa aos 14 anos de idade, no Colégio Estadual Antônio Carlos, em Paracatu, Minas Gerais”. Mesmo sem ler a legenda, é possível identificar quem é o indivíduo retratado na imagem. Os leitores mais informados e que tem por hábito acompanhar as notícias divulgadas pela grande mídia brasileira não devem ter tido dificuldades para ao menos supor que o tal “menino pobre” é Joaquim Barbosa. O contexto dos acontecimentos que estavam em alta naquela ocasião da política do país davam boas pistas sobre que ator estava em condições de receber tal destaque midiático.

A foto envelhecida e a expressão séria do menino da capa já dão os primeiros sinais do teor da mensagem do texto jornalístico e introduz o assunto a ser desenvolvido nas páginas do interior da revista. A escolha de um assunto como o principal de uma semana – no caso de revistas como a *Veja*, que tem periodicidade semanal – está diretamente relacionado com o posicionamento editorial do veículo e, também com a interpretação dos acontecimentos pela visão dos editores, jornalistas responsáveis por essas decisões.

Trata-se, neste caso, de uma edição especial que constrói o perfil de Joaquim Barbosa. A matéria principal possui sete páginas que se iniciam na 68 e vão até a 74 (figuras 2, 3 e 4). Entre fotos e textos, a matéria referente à manchete da capa se inicia com o título “O triunfo da justiça” (figura 2). Com letras em caixa alta e grandes o suficiente para ocupar pelo menos um terço da página, a frase é escrita na cor cinza e colocada sobre um fundo totalmente preto que tem uma única imagem em toda sua extensão. Sob o título, o subtítulo e o nome dos autores está uma fotografia da escultura “A Justiça”, obra artista plástico mineiro Alfredo Ceschiatti que identifica o prédio do STF na capital federal, colocada entre duas colunas do texto que já naquela página dá início à reportagem.

Outra característica do *layout* das páginas 68 e 69, que ao serem abertas causam a de serem as duas uma página única – típica impressão que se tem com revistas – é a foto em *close* de Joaquim Barbosa ocupando toda a página 69. A leitura dessa organização dos elementos da página leva à imediata associação entre as palavras e, por consequência, os valores que elas transmitem: “triunfo” e “justiça” e a própria pessoa do ex-ministro. É como se ele encarnasse esses valores a ponto de ser, em si mesmo, a própria justiça e, portanto, o triunfante. O seu protagonismo observado na condenação dos julgados no processo do Mensalão propiciou o uso de sua imagem desta maneira pela revista *Veja*, que não dispensou ao menos uma oportunidade de reforçar essa relação entre o homem e a ideia de “salvação da pátria” contra seus supostos inimigos.

O subtítulo, ainda na página 68, deixa mais clara essa intenção: “Os ministros do Supremo Tribunal Federal condenam os mensaleiros, denunciam a corrupção e caem nas graças dos brasileiros, carentes de referências éticas” (MARQUES; DINIZ, 2012, p.68). Nesta sentença, diversas constatações estão supostas. A primeira oração explicita o maniqueísmo interpretado pela publicação, no qual, os ministros seriam representantes do bem e, por conseguinte, os chamados mensaleiros, representantes do mal. Além disso, a corrupção está sendo citada em seguida como inimiga do “bem”. Ainda neste subtítulo, a revista já supõe que os brasileiros estão do lado dos ministros e, portanto, torcendo pela condenação dos tais mensaleiros. Afinal, “cair nas graças” é uma expressão que demonstra total apoio, felicidade, alívio e admiração por parte de um determinado público. Neste caso, o público está sendo generalizado como “os brasileiros”, de forma totalmente genérica, já que esse termo, por se referir a todos os nascidos no Brasil, ignora a pluralidade e a heterogeneidade de opinião, pensamento e cultura do país. Além do mais, o mesmo subtítulo ainda afirma que estes tantos conterrâneos estariam carentes de referências éticas e que, pode-se concluir facilmente, a revista indica que tal ausência foi sanada pelos ministros do STF.

Ao descrever os modos de relação intertextual, o teórico britânico Norman Fairclough (1992) discute, entre outros recursos discursivos da forma que chama de “intertextualidade manifesta”, a pressuposição. “Pressuposições são proposições que são tomadas pelo(a) produtor(a) do texto como já estabelecidas ou ‘dadas’ [...], e há várias pistas formais na organização de superfície do texto para mostrar isso” (1992, p. 155). Baseados nesse conceito, podemos perceber que há na reportagem publicada pela revista *Veja* diversas vezes a utilização clara desse recurso da pressuposição. Nos trechos transcritos acima, é possível identificar alguns exemplos. Além do já descrito no parágrafo anterior, temos essa frase grifada na citação acima. Ela supõe que todos os brasileiros estão satisfeitos e de acordo com as decisões tomadas pelo STF e que, além disso, todos os brasileiros são vítimas “dos corruptos”. Conforme afirma Fairclough (1992), o uso desse recurso retórico-discursivo pode estar diretamente ligado à intenção maliciosa do autor do texto de convencer seu leitor a concordar com sua posição ideológica.

Isto é, o(a) produtor(a) do texto pode apresentar uma proposição como dada por outro ou estabelecida por ele mesmo desonestamente, insinceramente e com intenção manipulativa. As pressuposições são frequentemente formas efetivas de manipular as pessoas, porque elas são frequentemente difíceis de desafiar. (FAIRCLOUGH, 1992, p. 156)

Conforme explica o linguista francês Patrick Charaudeau (2006), esse tipo de texto jornalístico é um subgênero, chamado pelo próprio nome de perfil. Este gênero, que tende a ser muito diversificado de acordo com a identidade da pessoa retratada, precisa de um fato que o motive. Ainda segundo o autor, esse acontecimento motivador pode ser, por exemplo, o resultado de eleições, a chegada de uma nova figura no meio político, um falecimento ou uma comemoração. Com o contexto político favorável à construção de um mito¹⁷, alguns jornalistas não poderiam perder a chance de explorar a identidade de um homem como Joaquim Barbosa, com todas as características e histórico já apresentados no segundo capítulo deste trabalho.

O texto principal da reportagem começa trazendo pela primeira vez ao público a imagem humana de Joaquim Barbosa, seja na simplicidade de suas origens, seja no sofrimento de sua doença:

O menino Joaquim Barbosa nunca se acomodou àquilo que o destino parecia lhe reservar. Filho de um pedreiro, cresceu ouvindo dos adultos que nas festas de aniversário de famílias mais abastadas deveria ficar sempre no fundo do salão. [...] Durante mais de três horas, Barbosa demoliu as defesas e as esperanças dos petistas José Dirceu, José Genoíno e Delúbio Soares, mostrando como eles usaram dinheiro desviado dos cofres públicos para subornar parlamentares e comprar apoio dos partidos políticos ao governo Lula. Exaurido pela dor nas costas que o martiriza há anos. (MARQUES; DINIZ, 2012, p. 68)

Em uma das páginas seguintes, no alto, é exibida uma foto de Barbosa ao lado do célebre ex-jogador de futebol Pelé (figura 3). O mais interessante é a frase que encerra a legenda. “Logo depois de ser nomeado pelo ex-presidente Lula para o Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Joaquim Barbosa recebeu a visita de outro craque, Pelé” (MARQUES; DINIZ, 2012, p. 71). No trecho transcrito a seguir, vemos que o tipo de relação estabelecida entre Barbosa e Pelé é uma estratégia comum nesses casos.

É bem raro [...] que os messianismos revolucionários não alimentem sua visão de futuro com imagens ou referências tiradas do passado. O passo é rapidamente dado, por outro lado, da denúncia de complôs maléficos ao apelo ao Salvador, ao chefe redentor; é a este que se acha reservada a tarefa de livrar a Cidade das forças perniciosas que pretendem estender sobre ela sua dominação. (GIRARDET, 1987, p. 15)

¹⁷ A palavra mito, do grego *mythos*, pode revelar alguns diferentes significados. Alguns deles ligados à ideia de história fantástica típica da tradição oral, geralmente protagonizada por seres não-humanos que encarnam forças da natureza. Outra significação é: fato ou personagem histórico dotado de características sensacionais que, amplificado através do imaginário coletivo e de longas tradições literárias orais ou escritas, ficam registrados na história de uma nação, por exemplo. Esta última é a que mais interessa a este trabalho, pois permite a aproximação com a figura do herói. Mitificação vai, assim, de par com “heorificação” ou “herocização”.

Esse trecho é altamente revelador. A ideia do mito do salvador ajuda a compreender a construção da imagem do ministro Joaquim Barbosa e as intenções por trás dela. Adaptando o pensamento de Girardet ao momento brasileiro de divulgação e o propagandismo da figura do ex-ministro, é possível traçar facilmente um paralelo, no qual as referências do passado podem ser os fatos históricos da libertação dos escravos negros até mesmo a proximidade entre Barbosa e Pelé, ídolo negro da nação que resgatou o orgulho próprio do povo através de suas vitórias pela seleção de futebol em um momento que havia uma carência de conquistas para a recuperação da autoestima popular.

Para completar a relação, está o considerado complô “maléfico” – o Mensalão – que torna propício o aparecimento de um personagem que aparenta ter os atributos necessários para derrotar a ameaça contra seu país. No caso analisado, os inimigos que pretendem estender suas forças perniciosas sobre “a cidade” seriam os membros do Partido dos Trabalhadores, mais especificamente aqueles envolvidos no Mensalão. Joaquim Barbosa, como ministro relator do processo de julgamento dos acusados, acaba sendo revestido desses poderes. O que se objetiva demonstrar nesse trabalho é que a mídia, a imprensa, mais especificamente a revista *Veja*, deseja valorizar o ministro ao ponto de indicá-lo como este salvador.

Em alguns trechos é possível perceber a tentativa de afastar a imagem de Joaquim Barbosa de um perfil estereotipado altamente preconceituoso do que se entende por um homem negro. Tal visão é facilmente identificada com o senso comum, reproduzida nos discursos mais recorrentes da mídia e da população em geral. Certas passagens dão a entender que Barbosa não é uma pessoa como todas as outras. Indo além, a revista parece desejar introduzir a ideia de que ele não pode ser visto como um negro como todos os outros. Na fala destacada do hoje empresário Joaquim Rath, amigo de infância do ministro entrevistado pela reportagem, é extraída a seguinte afirmação: “mas com Joaquim não tinha essa história de negro humilde e pobre, e ele não se subordinava aos ricos e brancos” (p. 72). O amigo ainda lembra que na casa de adobe¹⁸ onde Joaquim Barbosa morava com os pais e mais sete irmãos não havia sofá, geladeira nem televisão. Só uma mesa com cadeiras.

Essa passagem, no contexto da matéria que destaca a origem familiar do nosso personagem, que tinha poucas condições financeiras, deixa clara a postura dele perante as dificuldades que a vida lhe impôs. A declaração de seu primo nos faz supor que, desde aquela

¹⁸ Matéria-prima antiga utilizada para a construção de casas. Material semelhante ao barro. Em alguns locais do Brasil é chamado de “pau a pique”.

época, Joaquim Barbosa já demonstrava suas virtudes de resignação e ímpeto de mudança e ascensão social, bem como a abertura da reportagem: “O menino Joaquim Barbosa nunca se acomodou àquilo que o destino parecia lhe reservar” (p. 68). Logo em seguida, o texto mantém o tom emotivo sobre a criança pobre “que tinha poucas perspectivas em função de sua origem humilde, resignada por não se misturar com os ricos nas festas de aniversário” (p. 68) e lista os outros quatro idiomas que, além do português, o ex-ministro dominaria. Ainda na sequência, a matéria volta a citar os réus do Mensalão condenados no julgamento em que Barbosa se consagrou como a figura a ser aplaudida pela imprensa hegemônica: “Durante mais de três horas, Barbosa demoliu a defesa e as esperanças dos petistas José Dirceu, José Genoíno e Delúbio Soares” (p. 68).

A página 69 é toda preenchida com uma foto que enquadra a face de Barbosa, de óculos e com expressão séria. Na imagem, ele tem nas mãos o envelope onde estaria guardado seu discurso com seu voto do julgamento do Mensalão. Estão manuscritas no envelope as palavras *Last Act*, expressão traduzida do inglês como último ato (tradução nossa). A página seguinte não possui texto escrito, mas sim a reprodução da mesma fotografia antiga, sem cores, de Joaquim Barbosa aos 14 anos que ilustra a capa desta edição. De acordo com um trecho da reportagem que faz referência a tal imagem, esta seria a única existente de sua infância. O texto diz que “a família não podia gastar dinheiro com tal luxo” (p. 71).

Ao falar de sua infância é também lembrada a questão racial e o direito das minorias, especialmente quando dito que Joaquim Barbosa jamais “aceitava humilhação”. Nesse trecho é reproduzida sua frase sobre o sistema de cotas: “Sem ações afirmativas, os Estados Unidos não teriam um Barack Obama”. A matéria também insinua que ser negro foi fator preponderante para o ex-presidente Lula tê-lo nomeado ministro do STF em 2003. “O presidente Lula queria indicar um juiz negro para o cargo – celebrado como o primeiro da história da corte. Joaquim era o nome certo” (p. 72).

Junto às declarações de Barbosa e de seus amigos e familiares, aparecem falas de especialistas escolhidos pela reportagem da *Veja*. Como é estratégia comum e conhecida no jornalismo, recorrer a esse recurso muitas vezes garante a credibilidade do texto, afinal de contas, mais vale um entrevistado tido como gabaritado emitindo uma opinião que funciona como uma espécie de laudo do que um simples jornalista afirmando teorias e opiniões. Há aspas do sociólogo Roberto DaMatta e do professor Jorge Forbes, do Instituto de Psicanálise Lacaniana. Este último comenta a atuação de Joaquim Barbosa como “ato de bravura” e diz ainda que ele demonstrou “virtudes heroicas”. O discurso de DaMatta é explícito quando cita

a palavra “herói”. Certamente por esta razão, os jornalistas de *Veja* optaram por se apropriar desta fala:

O ministro incorpora uma espécie de herói do século XXI. Precisávamos de uma pessoa com o perfil dele para romper com os rapapés aristocráticos, pois chegamos ao limite da tolerância com a calhordice no poder. (DAMATTA apud MARQUES; DINIZ, 2012, p.71)

Segundo Costa (2013) aos poucos, o discurso que era apenas compreendido por quem resolvesse dar atenção especial às entrelinhas da matéria cede espaço a manifestos mais claros sobre a realocação de Barbosa em um espaço de visibilidade mais prestigiado, mitológico e de celebridade:

Já existem milhares de citações na internet ressaltando as virtudes heroicas do ministro Joaquim. Há duas semanas, o ministro atendeu, no intervalo do julgamento, uma senhora que dizia ter viajado do Rio de Janeiro a Brasília apenas para conhecê-lo. Chorando, ela elogiou o trabalho do relator. (MARQUES; DINIZ, 2012, p.71)

Na última página da reportagem, ao citar um problema de saúde de Joaquim Barbosa que lhe causa fortes dores nas costas, o texto acrescenta que tal incômodo impede o ex-ministro de jogar futebol, completando com a informação de que o esporte mais popular do país seria “uma de suas maiores paixões” (p.73). Essa é mais uma das claras iniciativas de tornar a imagem de Joaquim mais popular e próxima do leitor brasileiro. Ele é humanizado, torna-se simpático e carismático, como se, apesar de toda sua “divindade”, ele ainda fosse “gente como a gente”.

No mesmo texto, a humilhação que supostamente perseguiu Barbosa na infância é retomada mais adiante. “Joaquim Barbosa, que quando criança preferia não ir às festas a ter de se submeter à humilhação de ficar separado dos colegas, é o personagem mais visível desse embate que está impondo à corrupção uma estrondosa derrota” (MARQUES; DINIZ, 2012, p.71).

Ainda neste parágrafo, no conjunto de desafios que Barbosa teria superado, inclui-se a sua dificuldade perante a dor física que o magistrado teria de enfrentar devido aos seus problemas na coluna: “Exaurido pela dor nas costas que o martiriza há anos, o ministro anunciou seu last act” (MARQUES; DINIZ, 2012, p.68). Como todo herói, o martírio do sofrimento pela dor é uma característica fundamental para a valorização de seus atos e conquistas.

Em outros trechos, a matéria traz ainda declarações feitas por parentes e amigos de infância de Joaquim Barbosa. A reprodução dessas falas serve para atestar toda a narrativa criada pela reportagem. É como se cada pessoa citada comprovasse a origem humilde do ministro ao contar detalhes de sua vida. Assim, torna-se mais plausível a existência de um menino prodígio que demonstrava atitudes de inconformismo e não subordinação mesmo antes de chegar aos cargos de grande relevância dentro do Poder Judiciário. Na matéria é selecionada uma fala de ex-jogador Dario Alegria, primo distante de Joaquim. Ele lembra que os garotos negros da cidade eram vítimas de discriminação e preconceito. “Mas Joaquim quebrou toda essa lógica, ele era diferente, nunca levava desaforo para casa e não aceitava humilhação”, diz (MARQUES; DINIZ, 2012, p.72). Esse trecho, somado a um depoimento do próprio Joaquim Barbosa destacado na página anterior colabora para o discurso da superação: “Minha vida é de muita luta, algumas vezes em ambientes hostis. Sou um sujeito que nunca pediu nada a ninguém, nunca me curvei a ninguém e tive muita sorte” (MARQUES; DINIZ, 2012, p.71).

Ainda que Joaquim Barbosa seja o personagem principal da matéria, há reprodução de imagens e votos dos demais ministros nas últimas páginas (figura 4). Essa opção dos autores reforça que o julgamento do Mensalão deu notoriedade não somente ao relator, mas a todos os membros do STF. “Antes, o assédio a eles era tímido [...] Agora, os ministros são reconhecidos em restaurantes, aviões, até na praia. O decano Celso de Mello até já posou para fotos com uma criança no colo a pedido dos pais” (MARQUES; DINIZ, 2012, p.76).

No entanto, um dos ministros do Supremo, Ricardo Lewandowski, famoso pelos conflitos de opinião e posição geralmente contrária a de Barbosa, é lembrado na matéria como opositor, justamente por estar contrário às condenações impostas por Joaquim Barbosa (COSTA, 2013): “Devido a seus frequentes votos pela absolvição de réus, Lewandowski foi vaiado em um aeroporto e pediu reforço de segurança por se sentir ameaçado” (MARQUES; DINIZ, 2012, p.76). Tal trecho deixa clara a criação de um elemento necessário para a formação da imagem de um herói: o vilão. Essa e outras passagens lidas atentamente e com olhos críticos deixa evidente:

[...] a tentativa da revista de perpetuar esta imagem do nascimento de um novo líder, que veio para trazer de volta a esperança e a dignidade do brasileiro que busca respostas contra a impunidade, uma oposição consolidada, uma referência ética. (FURLANI, 2013, p. 8)

3.2. Edição 2349

“A lei... ...e os fora da lei” é a manchete que estampa a capa da edição 2349 da revista *Veja*, publicada em 27 de novembro de 2013 (figura 5). Pouco mais de um ano após a publicação de “O menino pobre que mudou o Brasil”, primeira reportagem descrita neste trabalho, a figura de Joaquim Barbosa volta a aparecer na capa de uma edição da revista *Veja*. Desta vez, a matéria não é mais uma espécie de perfil que apresente a biografia do ex-ministro, mas sim um texto com um certo caráter factual que repercute um acontecimento relevante da política do país e ainda está dentro do contexto do caso do Mensalão, no qual Joaquim Barbosa tem participação destacada e valorizada pelos veículos de imprensa em geral e, não menos intensamente, pela revista que este trabalho decidiu analisar.

A edição 2346 traz como destaque informações a respeito da prisão de José Genoíno, José Dirceu e Delúbio Soares, todos punidos por envolvimento no caso de corrupção popularmente conhecido como Mensalão, conforme já foi explicado neste trabalho. O foco da reportagem de capa é mostrar e criticar as reações dos condenados às condições que lhes foram impostas no presídio da Papuda, em Brasília. Em um tom indisfarçadamente irônico, a matéria questiona o comportamento dos ‘mensaleiros’ ao lidarem com a privação de liberdade imposta pela decisão do STF ao fim do processo de julgamento da Ação Penal 470, da qual Joaquim Barbosa foi relator. “Os mensaleiros presos em Brasília reclamam de humilhações no cárcere e tentam se passar por juízes dos juízes que os mandaram para a cadeia” (PEREIRA; RANGEL; MARQUES, 2013. p. 76) é o que diz o subtítulo da reportagem principal.

A ironia é muito utilizada no início da reportagem. Figura de linguagem que faz uma afirmativa para dizer o inverso, geralmente utilizada para debochar e criticar em tom muitas vezes de humor ácido e sarcástico, a ironia é um recurso bastante explorado pela revista *Veja* quando, em seus textos, deseja recriminar algo ou alguém. É fácil encontrar exemplos do uso da ironia nesta matéria que estamos analisando. Ao dizer que ao longo do julgamento do Mensalão, o PT resolveu “adotar estratégias farsescas” para se “fingir de inocente”, a reportagem completou: “Uma delas é assumir o papel de vítima de uma ‘conspiração da elite inconformada com a chegada ao poder de um metalúrgico, chefe do primeiro governo popular da história e...blá. blá. blá’”. Ao citar a conspiração da elite contra o ex-presidente Lula (a lista de características nos leva a identificar a referência feita indiretamente a ele na frase), e mencionar suas supostas adversidades contra o partido do governo, o texto deseja afirmar o contrário. O recurso da ironia é usado para desmerecer e desqualificar o tal ‘metalúrgico’ e seu

‘governo popular’, quer dizer que nada disso é verdadeiro. Essa estratégia tende a funcionar com o leitor devido às razões que bem explica Fairclough:

Observe que a ironia depende de os intérpretes serem capazes de reconhecer que o significado de um texto ecoado não é o significado do produtor do texto. Esse reconhecimento pode ser baseado em vários fatores: uma evidente falta de combinação entre o significado aparente e o contexto situacional [...]; indicações no tom de voz do(a) falante ou no texto escrito (por exemplo, pôr palavras entre aspas simples); ou pressupostos dos intérpretes sobre as crenças ou os valores do(a) produtor(a) do texto. (1992, p. 159)

Assim como na edição analisada anteriormente, é possível identificar através dessa reportagem a necessidade de criar vilões para que se legitime a criação dos heróis. Já na capa da publicação temos uma imagem dividida e claramente separada entre dois lados: o do bem e o do mal. De um lado estão as reproduções das fotografias de José Dirceu, José Genoíno e Marcos Valério e, de outro, quase que apenas a silhueta do ex-ministro Joaquim Barbosa de costas, identificado facilmente por estar vestindo a toga – tipo de capa que os membros do Supremo devem portar em determinadas situações que exigem esta formalidade. É o protocolo, o costume, a tradição, e tem um papel muito importante para a promoção do temor e do respeito que a Justiça impõe através do seu representante, que é o juiz que a veste. É plausível especular que:

Quando um juiz adentra o recinto de um tribunal e todos se levantam, não estão se levantando para o indivíduo, mas para a toga que ele veste e para o papel que ele vai desempenhar. O que o torna merecedor desse papel é a sua integridade como representante dos princípios que estão no papel, e não qualquer ideia preconcebida a seu respeito. Com isso, você está se erguendo diante de uma personagem mitológica. (CAMPBELL, 2012 apud COSTA, 2013 p. 43)

Da mesma forma que se reconhece um médico pelo uso do jaleco branco e do típico e simbólico estetoscópio ao redor do pescoço, a toga é um dos elementos que caracterizam a imagem de um juiz de direito. Segundo Bruno Costa (2013), um conjunto de elementos objetivos e subjetivos colabora para a formação da imagem desses profissionais, através de determinados símbolos e também de comportamentos, tais como formas de falar e vestir. Ao vestir a toga, o sujeito encarna a função de juiz e todo o poder ao qual através dela tem acesso. Assim, a toga, vista como um objeto semiótico, representa o poder, mais especificamente, o poder da justiça.

Assim como as demais vestimentas profissionais, as chamadas vestes talaras, a toga serve para distinguir quem a usa das demais pessoas que não estão naquela circunstância imbuídas da mesma função. Portanto, confere superioridade a quem a veste. Na década de 1950, o então ministro do STF, Mário Guimarães, teceu um comentário que explica a força simbólica da toga: “A toga, pela sua tradição e seu prestígio, é mais do que um distintivo, é um símbolo. Alerta, no juiz, a lembrança de seu sacerdócio. E incute no povo, pela solenidade, respeito maior aos atos judiciais” (GUIMARÃES, 1958 apud COSTA, 2013, p. 43). Enfim, a toga como alegoria¹⁹ compõe a imagem do juiz para uma suposição já levantada neste trabalho: a de que o magistrado possa tornar-se nele mesmo a própria Lei ou até mesmo a Justiça, em termos gerais.

Voltando ao texto, com os termos “a lei” e “fora da lei”, o título explicita o que a imagem já diz: para *Veja*, o então ministro Joaquim é a lei que, naquele contexto derrotou os inimigos da lei. As páginas de números 76 e 77 (figura 6), por serem sequenciais e estarem dispostas lado a lado - e não frente e verso -, constituem uma unidade textual se considerarmos que o leitor observa a revista aberta. Portanto, a diagramação desse material tem a possibilidade de aproveitar essa disposição das páginas para criar uma organização dos elementos gráficos conforme sua preferência em um espaço maior e horizontalizado, ao invés de verticalizado conforme é visto nas páginas únicas.

Com a duplicação, a *Veja* optou por distribuir as palavras e as imagens da seguinte forma: do lado esquerdo, ocupando mais de um terço da página com o fundo branco, as palavras “A Lei” em preto na parte superior logo abaixo da retranca “Brasil”, que categoriza a reportagem. Ainda no topo da dupla de páginas, as palavras “e os fora da lei” completam o título. Esse trecho está escrito em vermelho sobre um fundo preto. Podemos analisar criticamente a escolha dessas cores. Vermelho remete, nesse caso, à identidade visual do Partido dos Trabalhadores, o PT, do qual os chamados de ‘fora da lei’ são representantes e líderes. Claramente é imposto sobre eles um forte juízo de valor negativo, como também será

¹⁹ Segundo o dicionário Michaelis, a palavra ‘alegoria’ pode ter os seguintes significados: 1 Ficção que apresenta um objeto para dar ideia de outro. 2 Processo mental que consiste em se imaginarem como seres animados as ações e qualidades. 3 Narrativa imaginária em que se personificam animais e coisas, em que cada pormenor tem um valor simbólico. 4 Figura de retórica, constante de várias metáforas consecutivas, exprimindo por alusão ideia diferente da que se enuncia. 5 Obra artística ou literária, que oferece uma coisa para sugerir outra. Em uma das definições do dicionário Aurélio, alegoria é “simbolismo concreto que abrange o conjunto de toda uma narrativa ou quadro, de maneira que a cada elemento do símbolo corresponda um elemento significado ou simbolizado”. No contexto desenvolvido nesse trabalho, o termo ‘alegoria’ está sendo utilizado como um objeto que representa um forte valor simbólico, um sinal de poder através de uma figura representativa. Ou seja: a toga é um objeto carregado de significações simbólicas ligadas à ideia do poder da Justiça.

demonstrado neste trabalho a partir da apresentação das escolhas lexicais da matéria pretensamente jornalística.

Aqui faz-se necessário comentar a presença de um fator de grande relevância para a suspeita que este trabalho ousa investigar. O antagonismo, ou seja, a forte ideia de oposição e, até mesmo, de rivalidade entre dois grupos ou indivíduos avessos, é uma característica que marca o nosso modo de compreensão do mundo. Para que a narrativa do herói seja bem sucedida, é necessário que haja o anti-herói, o inimigo a ser combatido. Portanto, maniqueísmo e dicotomia são ideias-chave desse subcapítulo, pois desde a capa até o fim da reportagem aqui descrita, são colocados em extremos opostos os personagens representantes do “bem” e do “mal”. Esse aspecto se revela também no *layout*, especialmente na capa desta edição, que já foi descrita anteriormente. O trecho da reportagem reproduzido a seguir exemplifica esse aspecto:

Coube aos líderes mais estrelados capitanear a contraofensiva dos mensaleiros, da qual fez parte até mesmo uma tentativa frustrada de convencer senadores aliados a aprovar o impeachment do presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, que decretou a prisão de doze dos 25 condenados no feriado da República. (PEREIRA; RANGEL; MARQUES, 2013, p. 76)

Ao decorrer da leitura crítica e com o trabalho de separar palavras e expressões que se refiram ao PT em uma lista e outra lista com os termos que se referem ao STF, intimamente ligado ao Joaquim Barbosa, temos um material útil para comparar e comprovar a posição da revista neste conflito político. Afinal, os diferentes universos lexicais denunciam o julgamento de valor feito pela revista. No trecho da matéria transcrito abaixo, temos um exemplo de uma situação na qual Joaquim Barbosa teria mais uma vez derrotado seus inimigos.

A decisão teria sido tomada ao arrepio da lei, porque Barbosa não emitira as chamadas cartas de sentença que precedem a prisão. Foi com base nesses argumentos que os senadores do PT tentaram abrir um processo por crime de responsabilidade contra o presidente do STF. *Eles fracassaram* como na vez em que tentaram cassar o mandato de Roberto Gurgel, o procurador-geral da República, que pediu a condenação dos mensaleiros. (PEREIRA; RANGEL; MARQUES, 2013, p. 78, grifo nosso)

‘Eles fracassaram’, segundo a *Veja*, ao tentarem desafiar a autoridade de Joaquim Barbosa. ‘Eles pediram como um mantra’ significa que insistiram muito na acusação contra Barbosa, mas que não possuíam argumentos coerentes ou convincentes. Essa é apenas uma das

várias interpretações possíveis para essa frase. Mais uma vez então eles foram vencidos, já que o trecho se encerra com lembrança de uma outra derrota sofrida pelos mensaleiros.

Outra análise possível é fazer uma simples comparação entre as diferentes maneiras com as quais a *Veja* tratou as dores nas costas sofridas por Joaquim Barbosa – e que teriam levado o ex-ministro a destratar colegas de profissão, jornalistas e advogados que tentassem contato com ele em seu gabinete – com o infarto e os problemas cardíacos do ex-líder do PT, José Genoíno. Na edição descrita no item 3.1 deste trabalho, as dores de Barbosa são valorizadas e contribuem para a beleza da sua história de vida, como mais uma das suas grandes superações, um outro ato heroico. Já as mazelas de Genoíno chegam a despertar desconfiança, como vemos no trecho abaixo:

Para o grande público, o advogado repetia que Genoíno sofrera um infarto na prisão. Não era verdade. O ex-presidente do PT desceu do carro sem precisar de ajuda, foi caminhando até a porta do hospital e conversava normalmente. O que foi anunciado como uma emergência médica estava programado desde o dia anterior. [...] A própria tosse com sangue usada como indício do infarto, segundo Genoíno contou ao senador Eduardo Suplicy, é comum desde que o deputado realizou a cirurgia no coração. (PEREIRA; RANGEL; MARQUES, 2013. p. 78)

Para completar esse trecho, a matéria chega a afirmar que “levando em consideração os laudos técnicos, Barbosa autorizou Genoíno a se tratar em casa ou num hospital”, o que pode ser considerado um ato de compaixão do magistrado. Mais uma de suas supostas virtudes exploradas pela publicação.

Em outra passagem, o texto volta a mencionar exatamente a mesma informação já dada no início da reportagem: “No feriado da República, Barbosa decretou a prisão de doze dos 25 condenados no Mensalão”. Neste trecho, fica ainda mais clara a personificação da lei e de toda a decisão judicial na pessoa de Joaquim Barbosa. O texto está ignorando o fato de o resultado do julgamento, a sentença e todas as decisões que envolveram o STF e o caso do Mensalão não foram realizadas apenas por uma pessoa sozinha. É sabido que Barbosa foi o relator do processo e estava no cargo de presidente da corte quando se finalizou o processo, mas, de fato, todos os resultados são oriundos das ações da maioria dos ministros que compõe o Supremo. Assim, podemos inferir que Joaquim Barbosa foi eleito pela *Veja* como o representante desse grupo de juristas e, mais do que isso, o símbolo da condenação dos considerados “inimigos do povo brasileiro”.

Para finalizar, a reportagem possui ainda, um subtítulo chamado “Não, ele não errou” (figura 7). Não interessa a esse trabalho questionar a validade das decisões judiciais tomadas

pelo profissional de direito Joaquim Barbosa, mas sim analisar a postura da revista *Veja*, a qual suspeitamos ter escolhido defender um lado e omitir os argumentos da outra parte, dos tantos que levantaram críticas contra as posições do ex-ministro. Em meio a tanta polêmica e questionamentos feitos no próprio meio jurídico, um veículo de comunicação teria como obrigação com os seus leitores explicar as complexidades e contradições do conflito que permeou todo o caso. No entanto, a publicação toma partido e deixa clara sua opinião, indo além do que se propõe como veículo informativo.

Nenhuma das decisões tomadas na última semana pelo ministro Joaquim Barbosa em relação aos mensaleiros desrespeitou a lei. É o que afirmam dois ministros do STF. O ex-ministro da Justiça Miguel Reale Junior, o ex-presidente do STF Carlos Velloso, o advogado Sergei Arbex, o procurador da República Antonio Cabral e o professor da PUC-SP Guilherme de Souza Nucci. (PEREIRA; RANGEL; MARQUES, 2013. p. 78)

Uma sucessão de perguntas e respostas que de forma aparentemente didática demonstra o desejo de esclarecer qualquer questionamento que pudesse desacreditar ou desmerecer o trabalho de Joaquim Barbosa como juiz e ministro do STF. Em uma das colunas no meio do texto, há uma pequena foto de Barbosa com uma expressão séria, com a mão sobre a boca em tom de reflexão e preocupação. São oito perguntas respondidas objetivamente. A palavra “Não” é a abertura das seis primeiras perguntas da lista, “Sim” responde a sétima questão e uma explicação que não segue o mesmo padrão, destoa das demais no sentido da objetividade.

As proposições questionam se Barbosa agiu “corretamente ao pedir que os condenados fossem levados a Brasília”, se ele “desrespeitou a lei ao ordenar a prisão dos mensaleiros antes da expedição da carta de sentença”, se é “é verdade que o STF recorreu a uma abstração jurídica, o chamado ‘domínio do fato’, só para facilitar a condenação de José Dirceu sem provas concretas”, se o “STF mudou a jurisprudência sobre ‘ato de ofício’ só para poder condenar os mensaleiros”, se “STF violou a Constituição ao rejeitar o princípio do duplo grau de jurisdição, previsto no Tratado de San José da Costa Rica”, se “condenados ao regime semiaberto têm o direito de passar o dia fora da prisão”, porque os mensaleiros ainda não haviam sido transferidos para outras cidades e, por último, se “mensaleiros estão tendo regalias na prisão”. A única resposta positiva foi para esta última pergunta. Para todos os outros questionamentos, o texto organizado em tópicos enumerados de um a oito orientou afirmativas que eximem Joaquim Barbosa e o STF – através dele, claro – de qualquer culpa ou desvio de conduta prevista na Constituição.

Só o título desta coordenada²⁰ já nos dá pistas interessantes. “Não, ele não errou” parece responder a uma pergunta elaborada previamente mas que não foi exposta. Essa pergunta seria “Joaquim Barbosa errou?”. Há duas possibilidades de análise desse posicionamento da revista. Ou ela estava tentando se antecipar a possíveis dúvidas e críticas que pudessem ser suscitadas em torno das decisões do STF ou, hipótese mais coerente, que a publicação buscava sanar questões já levantadas previamente pelos críticos de Joaquim Barbosa e até mesmo pelo público em geral.

Não cabe neste trabalho avaliar os erros e acertos das decisões judiciais no Supremo, afinal, não se trata de um estudo sobre o Direito. Mas sim, analisar a abordagem de um veículo de imprensa. Certamente a quantidade de perguntas que poderiam ter sido formuladas para o esclarecimento de um grande e complexo processo judicial vai muito além das oito escolhidas pela reportagem da *Veja*. Essa seleção de tópicos e assuntos pode ser interpretada como uma espécie de denúncia a respeito da revista e de seu posicionamento pretensamente imparcial. Afinal de contas, ela não mostrou o contraditório, ou pelo menos não fez isso de uma forma clara e completa.

3.3. Edição 2376

Para encerrar essa sequência de análises, será vista aqui a última revista com a imagem de Joaquim Barbosa ilustrando a capa no período em que ocupou o cargo de presidente do STF. À medida em que forem descritos o texto, as ilustrações e a composição gráfica, será possível tecer comparações entre essa edição e as anteriormente expostas neste capítulo. Foi facilmente notado que o tom de elogios ao ex-ministro é mantido em coerência com o material produzido pela *Veja* quando o assunto foi o caso do Mensalão, o Supremo ou alguma outra situação que envolvesse Barbosa.

Com o título “E agora Joaquim?”, a edição 2376, publicada em 4 de junho de 2014 (figura 9), traz uma espécie de mensagem de despedida para Joaquim Barbosa. Nesta mensagem, a reportagem em variados momentos dirige agradecimentos ao legado que o ex-ministro teria deixado como um sopro de esperança para um futuro melhor para o Brasil. A fotografia da capa é um close no rosto de Joaquim Barbosa de perfil, usando óculos, com um olhar distante e um suave sorriso no rosto, o que pode indicar algum tipo de satisfação. Sob o

²⁰ Matéria jornalística curta associada a uma principal maior da qual ela faz parte como complemento. Recurso comum em reportagens longas, típicas em revistas.

título, o olho da manchete é “O ministro do STF entrou para a história identificado com o fim da impunidade para os poderosos. O Brasil não pode deixar que seu exemplo seja esquecido”.

Observando atentamente, notamos diversas expressões ligadas à ideia de heroísmo de um personagem realizador de grandes feitos memoráveis. ‘Entrou para a história’ é uma construção que coloca Barbosa no hall dos mártires que marcaram épocas no país. ‘O fim da impunidade para os poderosos’ pressupõe que a impunidade tenha sido vencida e que o ex-ministro tem papel fundamental nessa derrota contra um problema que atinge toda a política nacional há décadas. Indo além, o texto ainda afirma que o exemplo deixado por esse homem não pode ser esquecido, o que se associa perfeitamente ao primeiro trecho no que se refere ao legado que supostamente ele teria deixado e, por isso, teria deixado seu nome marcado eternamente na História do Brasil.

O material que interessa a este trabalhando nesta edição, em especial, é maior do que o das outras, começa na página 52 e o assunto se estende até a página 61. Após a matéria destacada na capa (figura 10), que dentro possui o título “O Brasil precisa de exemplos”, há, ainda, duas reportagens que tratam de assuntos diretamente relacionados ao ex-ministro Joaquim Barbosa logo na sequência das páginas. Uma é “Não dá mais tempo”, também assinada pelo jornalista Hugo Marques, que fala em tom de lamento sobre o fim do prazo para inscrições de candidaturas à presidência da república, o que impossibilitaria Joaquim Barbosa de concorrer ao cargo do executivo. A outra é “Juiz não é tribunal”, que tem a autoria do jornalista André Petry. Essa última, ao tratar da polêmica posição de Barbosa no Supremo no que se refere ao comentado conflito entre os poderes legislativo e judiciário, abre mão de artifícios discursivos semelhantes aos das matérias anteriores para, mais uma vez, mostrar que o magistrado não errou e que o julgamento do Mensalão não foi a única oportunidade de notar a sua dedicação e eficiência em combater a impunidade. Ainda neste capítulo, essas duas reportagens que complementam a principal da edição 2376 também serão descritas com mais detalhes.

Voltando à reportagem principal, na primeira página, logo abaixo do título há o breve texto “O legado do ministro Joaquim Barbosa transcende a prisão de um bando de corruptos poderosos. Ele mostrou que é possível fazer a coisa certa sem precisar transigir ou flertar com o que existe de errado”. Em seguida, o nome do jornalista que escreveu, Daniel Pereira. Esse subtítulo repete a ideia do pequeno texto que compõe a capa. No entanto, agora a ideia está expressa com outras palavras, o que nos garante maior clareza na interpretação do texto. A palavra ‘legado’ e, logo em seguida, o feito do ex-ministro destacado como apenas uma de suas conquistas adianta o caráter essencial do conteúdo desta reportagem: a defesa da meritocracia.

Como um homem negro e de origem pobre, parece que para a *Veja* é de se espantar que ele tenha ascendido socialmente sem ter sido beneficiado por programas sociais e, mais ainda, por atitudes ilícitas, o que eles chamam de ‘o que existe de errado’. Essa característica marcante da edição, a pregação da meritocracia, é um valor que vai contra a forma de pensar que, por meio de declarações quase que ignoradas pela *Veja*, Barbosa já expressou (tópico 3.1).

Na página seguinte, uma foto de corpo inteiro de Joaquim Barbosa com as mãos no bolso e olhar direcionado ao chão, despretensioso e tranquilo, em frente ao Palácio do Planalto. Na legenda da fotografia de Sérgio Dutti, os seguintes dizeres: “MÉRITO — Joaquim Barbosa chegou ao topo de uma bem-sucedida carreira jurídica sem precisar percorrer os conhecidos atalhos, lançar mão dos tradicionais jeitinhos ou recorrer a padrinhos influentes”. Se ainda não estava claro a que veio a reportagem de despedida do juiz, essa legenda serve para confirmar as suspeitas anteriores. O que fica no ar é a questão sobre a que a reportagem da *Veja* se refere ao utilizar a expressão ‘conhecidos atalhos’. Mais uma vez, temos um exemplo de pressuposição (FAIRCLOUGH, 2012) praticada pela revista.

Na página seguinte, duas colunas de texto preenchem cerca de dois terços do espaço. A outra parte se une à página seguinte formando um grande infográfico composto de cinco imagens enumeradas que fazem, em uma espécie de linha do tempo, o resumo da trajetória de Barbosa. Ao início do corpo do texto com a frase “O mineiro Joaquim Barbosa sempre acreditou no esforço pessoal”, se acrescenta a narrativa da história de vida do ex-ministro. Infância pobre, vida no interior, necessidade de trabalhar desde os primeiros anos da adolescência, falta de recursos e de oportunidades. O mesmo imaginário construído pela primeira reportagem analisada aqui, no tópico 3.1, é utilizado para introduzir o discurso sobre o tal ‘legado’ já mencionado anteriormente. “Numa sociedade acostumada a atalhos duvidosos e ao jeitinho, preferiu o árduo caminho da meritocracia”. Já no segundo parágrafo, o texto explicita a defesa dos ideais meritocráticos, com essa frase que, mais uma vez, reafirma pensamentos já transcritos em momentos anteriores.

Ainda nesta página, a reportagem recupera informações a respeito da época da nomeação de Barbosa para o STF pelo então presidente Lula, no ano de 2003. A matéria escolheu destacar o fato de o juiz ser negro como aspecto preponderante para a escolha de Lula: “O objetivo de Lula era nomear pela primeira vez um negro para a mais alta corte do Judiciário e, assim, tirar do papel a agenda de políticas afirmativas do governo. O que Lula não sabia é que a escolha renderia frutos bem maiores”. O trecho demonstra uma opinião de que o ex-presidente petista fez uma escolha rasa, mas que por acaso ou sem a consciência de tal fato, acabou por selecionar o homem que mais tarde comprovaria, de acordo com o posicionamento

que podemos intuir da *Veja*, ser o mais adequado para o cargo. Logo depois, o texto dá um salto de dez anos no tempo e, para resumir chegando logo ao ápice da atuação de Barbosa no STF, fala sobre as condenações dos políticos do PT envolvidos no caso do Mensalão. O texto ressalta, ainda, as mais de sessenta sessões plenárias comandadas por Barbosa no julgamento do Mensalão como relator do processo e encerra dizendo que o Supremo condenou a “Cúpula” à prisão.

O resultado simbólico também é conhecido: a Justiça finalmente se fez valer para todos, sem distinção, o que foi considerado um divisor de águas na luta contra a impunidade que há séculos privilegia os poderosos no Brasil. Anunciadas as penas e decretadas as prisões, Barbosa se tornou uma espécie de *herói nacional*, o *cavaleiro vingador da capa preta*, aplaudido nas ruas e assediado para disputar as eleições. [...] Mas esse era apenas um dos lados da moeda. A outra face, menos evidente, levou o ministro a anunciar, na quinta-feira, que deixará o Supremo em junho, onze anos antes do prazo fixado para sua aposentadoria compulsória. “Minha missão está cumprida”, disse Barbosa. (PEREIRA, 2014, p. 54, grifo nosso)

Com o desenvolvimento do texto, a seleção lexical e os outros recursos discursivos mostram-se a cada parágrafo mais explícitos e eloquentes. O trecho transcrito acima revela o que antes era possível compreender através de uma interpretação atenciosa e crítica. A passagem destacada leva a crer que a intenção de endeusar e construir, de fato, a imagem de um herói é um objetivo que a *Veja* não deseja esconder de seus leitores. Ela o faz com todas as letras, conforme comprovado acima. A forma como o texto é conduzido aponta para isso em vários aspectos: desde a valorização de determinados aspectos da vida pessoal e familiar do personagem até o reforço das acusações que argumentam contra os ditos inimigos, os corruptos que Barbosa derrotou. Já apresentados nas análises das edições anteriores, essas continuam sendo a base da estratégia da *Veja* para exaltar a figura de Joaquim Barbosa e investi-lo de características heroicas.

A continuação da página (figura 11) é um quadro com cinco fotografias enumeradas e com pequenos textos-legendas explicando o contexto de cada uma das imagens listadas. O título desse quadro é “A meritocracia do esforço”. O texto desta parte do material se assemelha à reportagem da edição 2290, de outubro de 2012, primeira a ser descrita neste trabalho. Os números, de um a cinco, pontuam fases da trajetória pessoal de Joaquim Barbosa como em uma linha do tempo, começando cronologicamente pela sua infância pobre. É explorada de forma sentimentalizada sua situação de poucos recursos financeiros vivida no início de sua vida com sua família na cidade de Paracatu, no interior de Minas Gerais. Os principais passos, já contados

no capítulo 2 deste trabalho, são ilustrados com fotografias antigas do arquivo pessoal da família do ex-ministro. A primeira foto é a mesma da capa da edição 2290, um retrato de Barbosa aos 14 anos de idade. A segunda tem um círculo vermelho em torno dele, possivelmente com cerca de 18 anos, cercado de outros jovens em uma sala. As outras fotografias são de Barbosa vestido com a beca de formando da faculdade de Direito, ele mais adulto sorrindo atrás de uma pilha de processos jurídicos, seu boletim escolar e, por último, uma imagem de quando ele já era uma personalidade bastante conhecida pelo público em geral.

Mesmo as características que facilmente seriam consideradas negativas pelo senso comum foram usadas pela reportagem para exaltar a imagem do ex-ministro. Suas atitudes muitas vez contestadas por representantes do meio jurídico e pela própria imprensa de forma menos rigorosa foram justificadas e tornadas simplesmente compreensíveis, já que Barbosa teria agido de maneira rude, antipática e grosseira em prol “de um bem maior”, a sociedade:

Barbosa bateu de frente com os próprios colegas para garantir e acelerar as votações. Chegou a agredi-los verbalmente, acusá-los de cumplicidade com chicanas e acabou isolado dentro do tribunal. Pagou um custo pessoal que, segundo seus assessores, foi compensado pelo benefício proporcionado à sociedade. O ministro também partiu para um duelo aberto com os maiores criminalistas do país. Recusou-se a recebê-los para conversas informais. Parece irrelevante, mas não é. Não são poucos os magistrados que fazem questão de agradar aos grandes nomes da advocacia nacional, mesmo que por meio de pequenos gestos. (PEREIRA, 2014, p. 54)

Um gesto contestado entre juízes e advogados de todo país foi elogiado pela matéria da *Veja*. Segundo o texto, Barbosa teria agido em um ato de coragem ao negar receber advogados em seu gabinete. Mas, para isso ter a credibilidade do leitor, esse tipo de encontro é chamado de conversar informal.

Para completar, são expostas na sequência as falas de Alberto Toron, advogado de João Paulo Cunha, o ex-deputado federal que foi preso, e do ministro aposentado do STF Carlos Velloso. Segundo a reportagem, mesmo com sua “origem humilde”, Barbosa teve “coragem” de romper com “rapapés aristocráticos”. Mas que, ainda segundo a matéria, o “custo pessoal não foi pequeno”. A fala de Alberto Toron transcrita pela *Veja* diz que as grandes marcas de Barbosa são a truculência no trato e a intolerância com os pontos de vista divergentes. “Muitas vezes, mostrou-se iracundo e autoritário. Certa vez, mandou um jornalista “chafurdar na lama” porque ele ousou lhe fazer uma pergunta”. (PEREIRA, 2014, p. 56). Segundo as aspas de Carlos Velloso em seguida, “Barbosa pecou na forma, mas, no caso do Mensalão, acertou em

cheio no conteúdo. [...] Ele conduziu com firmeza um julgamento exemplar de um processo tormentoso, com muitos réus, e não eram réus quaisquer” (2014, p. 56).

Na parte superior da dupla de páginas seguintes, há fotografias em tamanhos destacados do ministro que substituiu Barbosa na presidência do STF, Ricardo Lewandowski, e dos dois líderes petistas que cumprem pena no complexo penitenciário da Papuda, em Brasília, José Dirceu e José Genoíno. Já na parte inferior, há outra lista. Dessa vez, com sete itens sob o título “A boas brigas do ministro” (figura 12).

Junto às fotografias citadas previamente, o texto mantém a exaltação negativa dos condenados. Todo herói precisa de inimigos para combater, segundo Girardet (1987), ao cunhar a chamada “lenda do complô”, a construção da figura opositora é indispensável ao processo bem sucedido da formação da identidade do herói, do “salvador”, como o autor chama. De acordo com o autor, “[...] no centro da mitologia do Complô, impõe-se, primeiramente, a imagem, temível e terrível da Organização” (1987, p. 34). Por mais que o autor estivesse se referindo a casos como os das grandes sociedades secretas e outras instituições paralelas ao poder oficial que buscavam o domínio sobre povos, nações e até mesmo sobre o globo terrestre de forma clandestina, podemos adaptar esse pensamento à lógica claramente seguida pela *Veja*. Como nos textos analisados anteriormente, esta reportagem reforça a imagem negativa dos considerados criminosos para elevar a positividade da imagem de Joaquim Barbosa. A valorização do esquema do Mensalão é uma forma de construir ou, ao menos colaborar, para a sensação vinda de uma ideia de complô, no sentido mais próximo a ‘organização que visa tomar o poder para si em prol de seus próprios interesses’. O poder político, destaca ainda Girardet (1987), é o mais visado nesses casos.

Girardet propõe ainda uma reflexão sobre a presença do mito do complô nas sociedades ocidentais nos últimos séculos. Segundo ele, não há como negligenciar o papel essencial desempenhado pela temática do complô, das conspirações e da traição nos conflitos políticos da História. “A acusação de complô não cessou de ser utilizada pelo poder estabelecido para livrar-se de seus suspeitos ou de seus opositores, para legitimar os expurgos e as exclusões” (1987, p. 49) No caso analisado, essa descrição acaba sendo invertida pois, a acusação de complô recai sobre um grupo que pertenceu ao atual governo, era um conjunto de políticos que estava no poder, mas foi afastado pelas denúncias de corrupção (compra de votos) e totalmente excluído após o resultado do julgamento protagonizado por Barbosa. Mesmo assim, a lógica do pensamento de Girardet (1987) continua valendo analogamente para a análise do caso brasileiro, no qual o mal e o bem são diametralmente opostos com uma clareza límpida e irretocável no imaginário político.

Sobre Lewandowski, a matéria diz, ao fim da página 56, que ele é “especialista nos ‘rapapés aristocráticos’” e “antítese de Barbosa”. Já contra os membros do PT, as colocações negativas que posiciona o partido em um local de poder oposto, o que foi dito foi o seguinte:

O PT não vê a hora de seu algoz sair de cena. De certa forma, também se cansou da briga. “A postura dele não foi de um estadista do Poder Judiciário. Constatamos uma postura carregada de ódio que não caberia a um juiz”, disse o deputado Vicentinho, líder do PT na Câmara, ao comentar a aposentadoria. Essa declaração é legítima e faz parte do jogo democrático. Pena que o PT não pare por aí. Militantes do partido na internet, como *VEJA* mostrou, chegaram a ameaçar Barbosa de morte. “Contra Joaquim Barbosa toda violência é permitida, porque não se trata de um ser humano, mas de um monstro e de uma aberração moral das mais pavorosas. Joaquim Barbosa deve ser morto”, escreveu um deles. (PEREIRA, 2014, p. 57)

“O poder na prisão: Apesar das pressões e ameaças, inclusive de morte, Barbosa foi implacável com os mensaleiros. José Dirceu foi condenado a sete anos e onze meses e José Genoíno a quatro anos e oito meses de cadeia por crime de corrupção” (PEREIRA, 2014, p. 57). Essa é a legenda das fotos dos dois políticos citados como combatidos pela ação do ex-ministro do STF.

Na parte de baixo dessa mesma dupla de páginas, há uma lista com títulos referentes a temas defendidos por Joaquim Barbosa com uma fala do ex-ministro para cada um deles. Não se faz necessário reproduzi-las aqui uma a uma, mas a título de conhecimento, vale a pena citar pelo menos as pequenas manchetes que as introduzem ao leitor. Autonomia dos poderes, conluio entre juiz e advogado, desigualdade na Justiça, Congresso Nacional, crítica aos políticos, lentidão da Justiça e, por último, parente e juízes advogando são os assuntos em algum momento de sua carreira comentado pelo magistrado que a *Veja* decidiu destacar nesta lista que elenca suas “brigas”, suas causas defendidas.

A matéria seguinte, que não faz mais parte da principal mas que começa na página 58, imediata após o fim da reportagem de capa, trata da eleição presidencial e lamenta impossibilidade de Barbosa se candidatar. A foto que ocupa quase toda página de abertura e se estende até um pedaço da 59 é uma reprodução de uma imagem veiculada na internet por usuários de redes sociais. A montagem, com uma imagem de Joaquim Barbosa editada com a colocação da faixa presidencial sobre seu peito, tem os seguintes dizeres: “PARA PRESIDENTE: Eu quero a candidatura deste ‘R’eal e leal representante da dignidade do povo brasileiro” (p. 58-59).

No momento em que se encerrava o período hábil para a filiação de Joaquim Barbosa para que ele pudesse estar em condições de se candidatar ao cargo de presidente da República, a revista *Veja* publicou na mesma edição da matéria comentada acima uma matéria com um tom de queixa e insatisfação (figura 13). Sob o título “Não dá mais tempo”, a reportagem já se inicia com uma afirmação enfática que torna os supervalorizados feitos de Barbosa conquistas indubitáveis:

É inegável o potencial eleitoral do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa. [...] Barbosa aparecia como peça-chave na estratégia destinada a evitar a reeleição da presidente Dilma Rousseff no primeiro turno. Ele gozava de uma situação privilegiada apesar de jamais ter disputado uma eleição e jamais ter se anunciado como candidato. *O ministro era aclamado nas ruas por um feito que deveria ser considerado corriqueiro, e não excepcional: ele cumpria seu trabalho de forma correta* e, sobretudo no caso do Mensalão, mostrando aos brasileiros que a lei valia para todos, de pés-rapados a ladrões de colarinho-branco. (MARQUES, 2014, p. 58, grifo nosso)

Logo depois, o texto traz a informação de que os principais rivais do PT desejariam que o ex-ministro se declarasse apoiador, que os políticos queriam a presença dele em seus palanques. Ainda segundo a reportagem, o PSDB, opositor mais veemente do governo petista, nutria essa esperança como um sonho antigo e que a ideia é que ele fosse candidato como vice-presidente na chapa do senador Aécio Neves. A publicação chegou a reproduzir a seguinte fala do senador: “Ele é um homem que o Brasil aprendeu a respeitar. Pode-se gostar ou não dele, mas é íntegro, honrado e fez muito bem à Justiça brasileira” (NEVES apud MARQUES, 2014, p. 58). A matéria aponta críticas que Joaquim Barbosa teria feito ao sistema partidário vigente na política brasileira como a principal razão de o ex-ministro recusar se aventurar por outros poderes que não sejam o judiciário. O texto, no entanto, diz que Barbosa não exclui a possibilidade de, após um tempo de reclusão no exterior e de descanso, retorne ao Brasil e aceite participar de alguma forma da política eleitoral. Para completar, a crítica que antes havia sido explicada como ampla e dirigida às legendas políticas de forma geral, foi nem um pouco sutilmente direcionada ao PT. Ao contar que Barbosa já teve alguma simpatia pelo partido do ex-presidente Lula, a matéria reproduz a seguinte frase de Barbosa: “Não esse PT de hoje tomado por bandidos, pela corrupção”. Para finalizar, de forma não menos parcial e com linguagem também direta e de simples compreensão, o texto é arrematado: “Lula e o PT bem que tentaram vergar as instituições, subjugando-as em nome do projeto de poder do partido. Foram impedidos por um Barbosa reto e vertical” (MARQUES, 2014, p. 59).

Por fim, resta analisar ainda neste capítulo a terceira reportagem da mesma edição que mantém a sequência de reportagens que tratam da trajetória e da renúncia de Barbosa (figura 14). Com o título “Juiz não é tribunal”, a matéria assinada pelo jornalista André Petry é uma espécie de comentário sobre a polêmica posição de Barbosa no Supremo no que se refere ao conflito entre os poderes legislativo e judiciário. Este texto abre mão de artifícios discursivos semelhantes aos das matérias anteriores para, mais uma vez, mostrar que o magistrado não errou e que o julgamento do Mensalão não foi a única oportunidade de notar a sua dedicação e eficiência em combater a impunidade.

Ilustrada por duas fotografias antagônicas, uma de um protesto dito contrário a Barbosa, no qual se vê pessoas com roupas vermelhas com símbolos do Movimento dos Sem Terra, e outra que registrou uma manifestação favorável ao ex-ministro. A divisão claramente busca demonstrar algum sopro de imparcialidade que possa ter passado pela reportagem da *Veja*. No entanto, todos os aspectos de linguagem e de discurso apreciados até então neste trabalho levam a crer que esta possibilidade não inspira muita confiança. O subtítulo da matéria reforça o pensamento: “o legado definitivo de Joaquim Barbosa no STF vai além das acusações de que contribuiu para judicializar a política (para uns) e politizar a Justiça (para outros)” (PETRY, 2014, p. 60). O falado ‘legado’ é acompanhado pelo adjetivo ‘definitivo’, o que demonstra clara intenção de reforçar a ideia por meio de um pleonasmo vicioso.

Nesta matéria, o fator étnico do personagem Joaquim Barbosa volta a ser valorizado: “Assim que foi anunciado como ministro do Supremo Tribunal Federal, em maio de 2003, Joaquim Barbosa chamou atenção pela cor da pele. Era o primeiro ministro ‘reconhecidamente negro’ da corte” (PETRY, 2014, p. 60). Porém, em seguida, como é comum nas reportagens que falam sobre o magistrado, a narrativa acaba sendo direcionada à valorização dos seus méritos pessoais como profissional do direito. A matéria recorre a falas de outros profissionais da área para legitimar seu discurso sobre Barbosa.

O jurista Celso Bandeira de Mello qualificou Barbosa como “um homem mau”. Seu ex-colega de Supremo Eros Grau classificou-o como um “orgulho do tribunal”, por sua “serenidade e prudência”. Ives Gandra Martins, tributarista de renome, disse que Barbosa é um “homem duro”. (PETRY, 2014, p 60)

Outra vez observamos a seleção lexical que compõe o discurso sobre a personalidade de Joaquim Barbosa e notamos uma série de palavras que transmitem valores intimamente ligados a uma figura de herói. Apesar da suficiente lista de adjetivos, a matéria publica que

“nenhum outro ministro tem fã-clube, página de admiradores no *Facebook*, máscara de Carnaval e campanha para ser candidato a presidente da República”. Ainda próximo da ideia de destacar o ex-ministro dos demais juízes do Supremo, a reportagem afirma que “o julgamento do Mensalão foi uma exceção para o tribunal, mas não para Barbosa”, o que o posiciona em um nível superior aos demais.

Ao fim, a matéria em questão recupera a memória do leitor para casos antigos julgados pelo STF e que não obtiveram desfecho semelhante ao do Mensalão, que seria a sentença de punições graves aos políticos Fernando Collor de Melo, ex-presidente da República, e do reconhecidamente corrupto ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf. O texto sugere que, se Barbosa fosse ministro à época desses julgamentos, o resultado poderia ter sido diferente.

4. A IMAGEM CONSTRUÍDA DE JOAQUIM BARBOSA PELA VEJA

Este capítulo compreende uma interpretação do discurso presente nas edições apresentadas anteriormente. Em seu primeiro tópico, serão apresentadas teorias que desenvolvem as questões acerca do poder da imprensa e dos meios de comunicação de massa de forma geral em influenciar a opinião pública. Para isso, faz-se necessário explicar brevemente alguns conceitos que permeiam esse campo de estudos, como veremos mais adiante. Em sua segunda parte, este capítulo terá um aspecto mais crítico e analítico. Nesta parte, o objetivo será relacionar o estudo de caso, isto é, a análise das edições apresentadas pelo trabalho ao longo do capítulo 3, com a argumentação teórica desenvolvida na primeira parte deste quarto capítulo.

4.1. Como a mídia constrói a opinião pública

É sabido que os meios de comunicação exercem relevante e fundamental papel na propagação das informações e do conhecimento. Além disso, também colaboram de forma decisiva para a formação da opinião pública e do imaginário e memória populares. Diversas vezes, sob a ilusão da imparcialidade, veículos de imprensa constroem mitos. Este processo é feito através de opções de cobertura, seleção dos assuntos que são considerados mais importantes pelos que controlam os meios a partir de critérios não muito claros, além da edição de textos e imagens. Ao analisar os impactos do modelo dominante de difusão de informações, o pesquisador português Miguel Midões afirmou que

[...] confrontamo-nos hoje com uma sociedade cada vez menos crítica, analista e com uma agenda mais sujeita aos “menus” que os meios de comunicação social lhes querem, ou melhor, podem servir. Estará o Espaço Público, da discussão, do debate, da pluralidade de opiniões, em crise? Estará o poder da comunicação e dos “media”, cada vez mais concentrados e dominados pelo poder econômico e político a impedir a discussão e pluralidade de ideias, veiculando apenas um ponto de vista e escolhendo temas de agenda, bem vinculados com ideologias tendenciosas? (2008, p. 1-2)

O controle econômico das grandes empresas de comunicação citado por Midões é um fato amplamente conhecido. Afinal, trata-se de corporações que seguem a lógica do sistema capitalista vigente e, portanto, produzem e difundem conteúdo com interesses primeiramente voltados para o lucro financeiro. No entanto, mesmo que esse aspecto seja altamente relevante, a pretensa missão de transmitir informações à sociedade não pode ser ignorada, especialmente

quando se trata de veículos com grande audiência. Os assuntos discutidos pela população, tanto nos ambientes públicos, quanto no recolhimento dos lares que reúnem famílias, têm origem quase sempre nos noticiários. Mesmo que variadas interpretações dos materiais jornalísticos sejam possíveis, é inevitável que a notícia produzida exerça significativa influência sobre o impacto e a percepção do receptor, seja ele leitor, ouvinte ou telespectador. Como afirma Midões (2008), “os meios de comunicação social exercem uma pressão simbólica na formação da opinião pública coletiva”.

Conscientes desse papel, os produtores de conteúdo dos meios de comunicação tomam decisões que determinam a temática das conversas das pessoas que possuem acesso aos veículos. Tendo em vista que o contato com esse material é cada vez mais facilitado pelo advento das novas tecnologias da informação e pela abrangência do sinal de rádio e televisão, além da fabricação e venda de aparelhos receptores por preços e formas de pagamento facilitados por medidas de incentivo econômico, os meios atingem multidões.

De acordo com as condições atuais de organização dos poderes e das relações sociais baseados em um regime democrático, espera-se que “a esfera pública assegure a formação de opiniões variadas, o que seria um modelo com legitimidade democrática, numa interação completa entre o Estado e o meio social envolvente” (MIDÕES, 2008, p. 5). No entanto, o que notamos é uma concentração de poder em poucas mãos, o que dificulta a propagação de opiniões e posturas variadas. As grandes corporações do mundo da comunicação não são muito diferentes de monopólios.

Grupos como o Grupo Abril ou o Grupo Globo, por exemplo, detém grande parte da atenção do público de diferentes nichos e contextos sociais, já que possuem vários veículos que atingem a diversas audiências em todo o Brasil. Os dois grupos supracitados podem ser considerados *holdings* por concentrarem variadas empresas sob um único guarda-chuva. O Grupo Abril conta atualmente com 56 produtos de mídia entre sites e revistas. Além disso, possui o maior parque gráfico da América Latina e também controla toda a rede de distribuição através da também membro do grupo DGB Logística Distribuição Geográfica do Brasil S.A. Já o Grupo Globo domina todos os braços da comunicação social. Considerada mundialmente uma gigante do setor, a empresa controla a *TV Globo*, canal aberto mais visto do país; a Globosat, que conta com 17 canais transmitidos pela chamada televisão por assinatura; o Sistema Globo de Rádio, que agrupa a *Rádio Globo* e a *CBN*; o *Infoglobo*, onde se concentram os jornais *O Globo*, *Extra*, *Expresso* e *Valor Econômico*; a Editora Globo, com 16 revistas, além de livros editados. Sem deixar de mencionar, claro, a gravadora Som Livre e a produtora Globo Filmes.

Os meios de comunicação e os seus profissionais realizam a mediação entre o Estado e a sociedade. Segundo Habermas (apud MIDÕES, 2008, p. 6-7), esses meios reproduzem um discurso de elite e, além do mais, recebem a tentativa daqueles que lutam para manipular os “media”. O discurso destes meios é influenciado por aqueles que os controlam paralelamente às diretorias dos veículos, como por exemplo acionistas que estão por trás dos investimentos em uma empresa de comunicação. Portanto, a ideia geralmente veiculada tem forte identificação com posicionamentos comuns das elites econômicas, que, por sua vez, desejam encontrar posturas condizentes com suas convicções nos materiais midiáticos que de variadas formas financiam. Tal ideia é defendida no trecho transcrito abaixo:

Com efeito, o fato de praticamente todos os grandes órgãos de informação, quer se trate da imprensa, da rádio, da televisão e do online, pertencerem a grandes grupos econômicos, define uma realidade que decisivamente condiciona as funções sociais dos media e os próprios contornos do panorama midiático nacional. (CORREIA, 2006 apud MIDÕES, 2008, p. 7)

É necessário lembrar ainda que em geral, tais grupos “encaram a informação não como um bem social, mas como um negócio” (CORREIA, 2006 apud MIDÕES, 2008, p. 8) e, por isso, resolvem investir ou não em determinado ponto de vista. Essa escolha é feita com um só objetivo, o lucro, que se junta ao poder da influência social como consequência inevitável.

Apesar de os meios de comunicação constituírem uma forma de poder, mais especificamente o poder mediador, possui ainda um papel independente na produção e na reprodução das estruturas de poder social construídas por outros campos. O jornalismo, de maneira geral, pode escolher perpetuar ou não determinados paradigmas vigentes na sociedade. Através do “uso seletivo de fontes, rotinas jornalísticas consagradas e seleção de assuntos para as histórias, a mídia jornalística decide quais atores serão representados na arena pública” (VAN DIJK, 2008, p. 73). Seguindo este raciocínio, o autor completa afirmando que outro aspecto de alta relevância das decisões jornalísticas é a escolha do que será dito a respeito dos tais atores representados no meio público e, ainda mais importante, a forma como esse discurso será feito. “A decisão sobre o que vale ou não ser noticiado baseia-se em critérios que conferem a pessoas, organizações e países da elite acesso preferencial à mídia, reconhecendo e legitimando, assim, o poder dessa elite” (GALTUNG; RUGE, 1965 apud VAN DIJK, 2008, p. 74).

Assim, ao comentarmos os fatores externos ao ambiente da produção da notícia, é imprescindível considerar as origens sociais dos membros que compõe a estrutura de uma

redação jornalística, desde a sugestão da pauta, passando pela apuração, escrita e edição, até a etapa de veiculação do produto final, a reportagem. Portanto: “os pesquisadores responsáveis por estudos críticos sobre a mídia destacam o fato de que, devido a sua socialização e pertencimento a uma classe, os jornalistas tendem a reproduzir as ideologias dominantes da elite” (HALL, 1980 et al. apud VAN DIJK, 2008, p. 74). No entanto, é fato que eventualmente investidas em novas posições e em ângulos diferenciados para coberturas jornalísticas são realizadas. Porém, “as práticas midiáticas continuam, em geral, dentro das fronteiras de um consenso flexível, mas dominante, mesmo quando há espaço para discordâncias ou críticas ocasionais” (VAN DIJK, 2008, p. 75).

Além de escolha léxica, várias outras características do processo de produção de notícias demonstram, mesmo que de maneira sutil, as posições sociais e ideológicas envolvidas, inclusive as dos meios de comunicação. Etapas como contato com fontes, entrevistas, transcrição de fala, seleção assuntos predominantes, associações, analogias e questões de estilo narrativo denunciam tais posicionamentos que são inevitáveis, já que toda produção jornalística perpassa por certas subjetividades. Afinal, os jornalistas são pessoas com formações individuais anteriores ao início do exercício da profissão e, por isso, possuem opiniões próprias e, muitas vezes, divergem do posicionamento do veículo em que trabalham e representam. De fato é difícil um repórter, por exemplo, como funcionário de uma grande empresa de comunicação, expressar-se em seu trabalho. Sempre haverá um supervisor ou um conjunto de supervisores que regulará o material a ser publicado. No entanto, devido aos mais variados fatores – especialmente a alta velocidade e o grande volume de produção – tímidas manifestações um tanto quanto pessoais do jornalista acabam passando pelo crivo dos seus superiores.

Sobre a questão do poder do discurso, podemos afirmar que ele costuma ser concretizado através de estratégias persuasivas em diversos níveis de intensidade. Portanto, esse discurso se vale de explicações que servem como argumentos, além de exemplos, promessas e diversas outras ferramentas retóricas que colaboram para que os leitores-receptores formem em suas mentes as representações desejadas. Como toda forma do uso da linguagem, o jornalismo, que tem a sua estratégica discursiva específica imposta pelo fato de ser um gênero textual bem definido, tem uma intenção. Por esta razão, o resultado do trabalho jornalístico colabora para a manutenção ou não da ordem social.

O poder é tanto exercido quanto reproduzido no e pelo discurso. Sem comunicação – escrita e fala –, o poder na sociedade não pode ser exercido ou

legitimado. O poder pressupõe conhecimento, crenças e ideologias a fim de sustentar-se e reproduzir-se. O discurso mostra e comunica estruturalmente essas condições cruciais da reprodução para todos os níveis, dimensões e contextos sociais. (VAN DIJK, 2008, p. 85)

É importante salientar que, no espaço coletivo, a mídia exerce papel determinante ao agendar os assuntos e assim pautar as conversas que permeiam as relações entre os indivíduos que formam essa coletividade. Os sentidos e os universos simbólicos são construídos na relação entre organizações, indivíduos e grupos. A partir desse princípio, compreende-se que processos de produção cognitiva são conduzidos pela constante reorganização das relações entre interlocutores. Ainda sobre esse processo, é importante compreender que, além dos produtos midiáticos, a própria cultura fornece elementos indispensáveis para tal ordem social.

Além disso, é perceptível que a visibilidade midiática proporcionada pelos meios de comunicação em uso na contemporaneidade contribua com a construção da imagem pública de um juiz, por exemplo. No entanto, nem sempre essa imagem será positiva. Para isso, é necessário que haja ideologias ou interesses explicitados ou não nos princípios editoriais do veículo. Porém, não exibir tais interesses é uma estratégia de posicionamento de uma empresa jornalística para atrair mais atenção do público e conquistar sua credibilidade.

Como diz Costa (2013), questões culturais compartilhadas com interlocutores em um mesmo ambiente organizacional, dentro ou fora deste, interferem na construção de sentidos. Sabendo da peculiaridade desse aspecto, que ressalta a necessidade de se conhecer bem as características da sociedade na qual o veículo jornalístico está inserido e que se objetiva atingir, revistas e outros meios escolhem sua abordagem, enfoque e linguagem, visando garantir o impacto causado pela leitura. Tal impacto é a própria intenção da comunicação, já que não há linguagem que não tenha como propósito transformar algo no pensamento ou no comportamento do seu receptor.

Aqueles que trabalham nos setores politicamente relevantes do sistema interno dos “media”, como “repórteres, colunistas, editores, diretores, produtores e publicitários”, não podem, mas exercem poder porque são eles que selecionam os conteúdos políticos relevantes e interferem na formação da opinião pública e na distribuição de interesses. Conclui-se que o poder dos “media” é usado na escolha da informação e no formato e estilo dos programas, bem como no efeito do *agenda-setting*. (MIDÕES, 2008, p. 7)

Nesse contexto em que se percebe a imprensa como fator determinante para a formação da opinião pública a partir da seleção das informações as quais têm acesso o público em geral, além da tendência que os veículos possuem em priorizar posturas identificadas com a elite que

os controla, faz-se necessário lembrar uma das chamadas teorias do jornalismo. Dentre as elaborações teóricas que buscam analisar a complexidade da atividade jornalística, a chamada teoria do agendamento, ou *agenda-setting*, funciona perfeitamente na presente etapa deste trabalho.

Levando em consideração que as primeiras imagens e o primeiro contato que temos com determinado assunto tem origem nos veículos de comunicação de massa, ou seja, aquilo que pensamos do mundo é baseado naquilo que os “media” decidem contar-nos (MIDÕES, 2008, p. 11). Tal suposição permite-nos pensar que as prioridades dos “media” também serão as prioridades do público. Além de colocar o assunto em pauta na sociedade, criando mecanismos que nos impossibilitam escapar de conhecer tal discussão, os jornais também nos condicionam a pensar esse assunto de uma forma pré-determinada. A maneira como conversamos e argumentamos acaba sendo semelhante ao divulgado pela mídia de massa, já que ela nos permite apenas conhecer o seu ponto de vista. Indo além, Midões afirma que a mídia “cria imagens na mente do público acerca de determinado aspecto e consegue influenciar comportamentos” (2008, p. 13).

O ponto em que este trabalho deseja chegar é que “a informação e a comunicação constituem terreno privilegiado para uma imensa luta ideológica e um confronto de interesses de várias naturezas” (CORREIA, 2006 apud MIDÕES, 2008, p. 10). Paralelamente, há de se considerar que vivemos em uma sociedade em que a visibilidade midiática tem grande relevância, chegando a confundir e misturar os ambientes público e particular, tão bem separados em outras épocas. A mídia atua no imaginário coletivo e é capaz de fabricar representações da vida social, das pessoas que a compõe, das instituições e autoridades que a controlam e, inclusive, dos heróis.

Há de se pensar ainda na possibilidade de o indivíduo se tornar celebridade a partir de um acontecimento, momento em que ele adquire status de herói que pode ser atribuído pela mídia e pelas discussões do público ordinário. Esse processo de celebração afeta valores percebidos nas pessoas e evidencia um processo que articula acontecimento, mídia e sociedade. Nesse processo, o quadro de valores e normas de uma sociedade é construído e transformado. (COSTA, 2013, p. 14)

Como é sabido, a linguagem tem, entre tantas características, uma capacidade performativa. Assim, de acordo com a maneira como ela é utilizada, pode construir imagens mentais, ou seja, abstratas, mas que ocupam espaço no pensamento e na memória coletivos facilmente identificados através dos discursos vigentes. Ainda de acordo com Costa (2013), a

imagem pública é um elemento de dimensão simbólica, interpretada e construída mesmo sem a presença do suporte material, ou seja, está no campo da representação.

Ao falar de produção de imagem, é possível rememorar o termo fabricação, que carrega ainda mais um sentido de construção proposital e estrategicamente calculada. A própria palavra fabricação já está no título do livro em que Peter Burke trata da imagem do rei francês Luís XIV. O autor concebe a ideia de que o termo fabricação elucida a importância dos efeitos dos meios de comunicação, no que ele chamou de a “feitura de um grande homem ou a construção simbólica da autoridade” (BURKE, 2009 apud COSTA, 2013, p. 47).

Esta discussão nos leva a analisar a mediação da imagem pública como um processo que favorece a personalização do indivíduo, que é transportado de sua vida comum, anônima, para a vida do espetáculo, adquirindo status de herói, celebridade. Portanto, a mídia acaba servindo como uma espécie de “tribuna para o líder político, um púlpito para o messias e um palco para o salvador” (COSTA, 2013, p. 57). Segundo Burke, o herói seria “onisciente, invencível e destinado ao triunfo sobre as forças do mal e da desordem” (BURKE, 1994 apud COSTA, 2013, p. 57). Tratando especificamente do líder político, temos as reflexões do historiador francês Raoul Girardet:

O mito político é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Mas, narrativa legendária, é verdade que ele exerce também uma função explicativa, oferecendo certo número de chaves para compreensão do presente, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos. É verdade ainda que esse papel de explicação se desdobra em um papel de mobilização: por tudo o que veicula de dinamismo profético, o mito ocupa um lugar muito importante nas origens das cruzadas e também das revoluções. (GIRARDET, 1987, p.13)

O autor amplia a discussão em torno das implicações de um mito político, demonstrando que a imagem do mesmo pode ser tida como uma das chaves para compreender um momento atual da sociedade. De fato, é o que ocorre.

Dentro deste campo dos chamados “mitos político”, com a constituição de figuras sociais heroicas ou “salvadores da pátria”, torna-se importante observar com Roland Barthes que “o próprio conceito é um elemento constituinte do mito: ‘se pretendo decifrar mitos, é necessário que possa nomear conceitos’” (BARTHES, 1957, p. 142). Com as devidas dimensões socioculturais que o contexto histórico brasileiro nos impõe, podemos considerar a heroicidade, a justiça e o potencial de salvação dos menos favorecidos como conceitos ou atributos fundamentais de um pretense ‘herói nacional’. Seus inimigos, especialmente na

política, seriam problemas abstratos, mas que compõe o senso comum quando o assunto são as mazelas que assolam o país. Podemos exemplificar com a corrupção, que se tornou um termo genérico na mídia e em discursos indignados e de protestos contra a situação atual, além da desesperança, que também caracteriza esses discursos.

As investidas midiáticas em saciar a sede da opinião pública por personagens (atores sociais) que invertam a percepção negativa do futuro culminam em criações caricatas, exageradas. O uso da linguagem pela narrativa típica do gênero jornalístico muitas vezes provoca distorções no sentido de adições, principalmente quando falamos de construção de mitos. Uma “deformação” torna-se possível porque “o mito é um sistema particular, visto que ele se constrói a partir de uma cadeia semiológica que existe já antes dele” (BARTHES, 1987, p. 136). Um veículo de comunicação pode optar por privilegiar e enfatizar determinados aspectos. Essa escolha já permite a construção de um mito, afinal, se trata de proceder assim descontextualizando e tornando as ligações com fatos históricos naturais: “A semiologia ensinou-nos que a função do mito é transformar uma intenção histórica em natureza, uma contingência em eternidade” (BARTHES, 1987, p. 163).

Um personagem potencialmente mitológico pode ser abordado a partir de certos ângulos que permitem que o leitor veja apenas algumas de suas faces – aquelas que a revista deseja mostrar. A opção de destacar as origens pobres é uma dentre tantas outras possíveis que correm o risco de jamais se tornarem conhecidas.

No estudo *Mitologias*, o teórico francês Roland Barthes (1957) definiu como mitos sistemas de significações secundárias. Ou seja, são representações indiretamente ligadas às suas referências. Segundo ele, relacionada a esses sistemas, está uma esfera das conotações, uma ideologia. Podemos inferir que os “meios de comunicação de massa criam mitologias e ideologias como sistemas conotativos secundários ao tentar dar a suas mensagens uma fundamentação na natureza, considerada como um sistema denotativo primário” (BARTHES, 1957 apud NÖTH, 1996, p. 136).

Na sua fase de crítica social, Barthes argumentou que o mito nas mídias serve para “naturalizar” as mensagens da classe burguesa, usando estrategicamente mensagens factuais, no nível denotativo, como veículos de mensagens ideológicas no nível conotativo. Mitos, nesta visão, privam o objeto da sua história e evitam questionamentos sobre as condições presentes ao disfarçarem afirmações particulares como se fossem verdades universais. (NÖTH, 1996, p. 138)

O mito nunca é a mensagem primária, o que significa que língua oferece fraca resistência a ele, pois ele pode se desenvolver a partir de qualquer sentido, ou ainda, ser a ausência dele. A função específica do mito é a de transformar um sentido em forma. O mito é, segundo palavras de Barthes, uma ‘fala roubada’ (1957, p. 131). Essa fala é também parcial e manipulada, através da qual o leitor convive com como uma história verdadeira e irreal ao mesmo tempo.

De acordo com Eugênio Bucci e Maria Rita Kehl (2004), não é possível a sustentação de uma sociedade sem que se formule sua própria mitologia. O mito mascara o desamparo humano no governo dos fenômenos ao seu redor. “O homem cria o mito para se amparar e sentir-se, então, menos perdido em meio à falta de controle sobre o mundo e as coisas” (BUCCI; KEHL, 2004). É o mito que transmite alguma confiança e, de certa forma, tranquiliza os anseios humanos. Assim, de acordo com a direção que se dá às atitudes de linguagem na intenção da construção do mito, um texto jornalístico pode – e é o que geralmente faz – simular uma realidade mais simples e aceitável do mundo confuso e contraditório no qual estamos todos inseridos.

Um pensamento valioso a respeito da maneira como são manipuladas as informações através de recursos da linguagem é de Patrick Charaudeau. Segundo o linguista francês, o “tratamento é a maneira de fazer, o modo pelo qual o sujeito informador decide transpor em linguagem (e também iconicamente, caso possa recorrer à imagem) os fatos selecionados, em função do alvo predeterminado, com o efeito que escolheu produzir” (2006, p. 38).

Neste trecho fica claro o fato de que nos atos de comunicação, no qual sempre se utiliza a linguagem consensual do contexto social no qual está inserido, há o inevitável objetivo de influenciar o outro, isto é, provocar consequências no pensamento e no comportamento do receptor daquela mensagem estruturada. A seleção lexical, que obviamente não se dá ao acaso, obedece às regras implícitas da estratégia discursiva aplicada em função do alvo predeterminado. As imagens escolhidas também se incluem nessa observação. Bem como suas legendas, a narrativa que conta uma história, a localização das páginas em relação a todo conteúdo da revista, entre outros fatores que contribuem para a eficiência do tal efeito.

Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de *estratégias discursivas*. (CHARAUDEAU, 2006, p. 39, grifo do autor)

O sujeito informador, nos textos analisados neste trabalho, é o jornalista que assina a matéria. Ele produz um material jornalístico, assina seu nome e torna-se, portanto, o autor. Esse profissional é funcionário da revista, logo, suas palavras refletem o posicionamento que a organização a qual ele representa. A seleção dos fatos é apenas o primeiro dos passos dados na direção da construção do tal efeito desejado.

Ainda segundo Charaudeau, o objetivo do contrato de comunicação midiática enfrenta uma tensão entre dois aspectos, são eles: o que ele chama de ‘fazer saber’, ou seja, a informação por ela mesma, que busca realizar o dever cívico de informar o cidadão; e o outro lado de ‘fazer sentir’, ou, como denomina o autor da ideia, a ‘visada de captação’, “que tende a produzir um objeto de consumo segundo uma lógica comercial: captar as massas para sobreviver à concorrência” (2006, p. 86). Esse conflito resulta nas matérias jornalísticas com as quais nos deparamos diariamente. No entanto, não é possível tirar nenhuma conclusão definitiva a respeito das consequências práticas do embate entre fazer saber e fazer sentir. O fato é que não existe comunicação midiática sem a soma desses dois fatores. O peso de cada um deles vai depender das características de cada veículo.

A instância midiática acha-se, então, “condenada” a procurar emocionar seu público, a mobilizar sua afetividade, a fim de desencadear o interesse e a paixão pela informação que lhe é transmitida. O efeito produzido por essa visada encontra-se no extremo oposto ao efeito de racionalidade que deveria direcionar a visada de informação. [...] Assim, o contrato de informação midiática é, em seu fundamento, marcado pela contradição: finalidade de fazer saber, que deve buscar um grau zero de espetacularização da informação, para satisfazer o princípio de seriedade ao produzir efeitos de credibilidade; finalidade de fazer sentir, que deve fazer escolhas estratégicas apropriadas à encenação da informação para satisfazer o princípio de emoção ao produzir efeitos de dramatização. (CHARAUDEAU, 2008, p. 92)

Entrando no mérito da dramatização mencionada acima, podemos dizer que não por acaso esse termo nos traz à memória uma prática muito comum quando se trata de ‘fazer sentir’ no jornalismo: o sensacionalismo, que é o apelo por atenção do receptor através da exploração dos sentimentalismos (compaixão, humor, violência, etc.). Estas características são raramente admitidas pelos produtores de conteúdo jornalístico, já que carrega um peso negativo no imaginário popular e fere os princípios de credibilidade. No entanto, tal prática é inegável, mesmo pelos que tentam ou afirmam se afastar dela. A necessidade de dramatização “não pode ser tão claramente exposta como as outras, assim sendo, insinua-se nos modos de escritura dos artigos e particularmente nos títulos, embora isso se dê de maneira variável, dependendo da imagem que o jornal procura fazer de si” (CHARAUDEAU, 2006, p. 234).

Por último, ainda é importante levantar neste subcapítulo o fator lexical presente nos materiais midiáticos como um aspecto de altíssima relevância para a construção de imagens públicas e sedução do leitor. Segundo Tedesco (2007), a seleção lexical uma visão de mundo específica impressa no texto. “Estas escolhas lexicais trazem à tona uma focalização do discurso que revela este olhar social, a que, nesse momento, chamo de olhar marcado ideologicamente. São estes olhos sociais que revelam a nossa ideologia” (TEDESCO, 2007, p. 183).

Ainda segundo a autora, a relação presente entre ideologia e linguagem é forte, pois o conceito de ideologia que ela utiliza diz respeito a uma visão de mundo, isto é, a maneira como determinado grupo social encara e compreende a realidade. Por isso, a quantidade de visões de mundo é a mesma de grupos sociais existentes. Por fim, cabe salientar que o peso dado a cada uma dessas visões de mundo varia, pois “a relação mais estreita entre linguagem e ideologia repousa no interessante fato de que, embora existam tantos grupos sociais diferentes, a ideologia dominante é a da classe dominante” (TEDESCO, 2007, p. 184).

Outra característica do aspecto vocabular importante de ser mencionado são os adjetivos, que possuem regras claras dentro do gênero jornalístico. Segundo Nilson Lage, a norma é substituir tais expressões por dados que permitam ao leitor ou ouvinte fazer sua própria avaliação.

Os adjetivos testemunhais e as aferições subjetivas devem ser eliminados. Comerciante próspero, bela mulher, grande salário, edifício alto, episódio chocante são exemplos de locuções nas quais o sentido de próspero, bela, grande, alto ou chocante depende, essencialmente, dos valores, padrões e sensibilidade de quem fala. Em texto não assinado ou cuja assinatura pouco representa para o leitor ou ouvinte, a significação destas palavras torna-se obscura. (LAGE, 1999, p. 40, grifos do autor)

Ainda de acordo com o autor, questões da ideologia estão muito presentes na linguagem jornalística, mesmo que em intensidades variáveis, já que “não se faz jornalismo fora da sociedade e do tempo histórico” (LAGE, 1999, p. 42). No entanto, nada do que foi explicitado aqui exclui o fato de que os leitores possuem o direito de escolher os veículos que vão ler, apesar de os oligopólios da comunicação restringirem a pluralidade de versões dos fatos. Apesar da concentração dos veículos mais vendidos nas mãos de poucas empresas que dominam o mercado editorial de revistas, como já mencionado anteriormente, tendo o Grupo Abril e o Grupo Globo como exemplos, as escolhas de leitura são livres. No entanto, sabemos

que as alternativas aos materiais produzidos por estes conglomerados são raros e, quase sempre, de difícil acesso.

4.2. O papel das publicações analisadas na construção da imagem de Joaquim Barbosa

Este subcapítulo vai analisar criticamente os processos de construção de imagem realizados pela revista *Veja* nas edições selecionadas para este trabalho. Aqui, serão relacionadas frases, manchetes, fotografias e outras componentes do texto jornalístico descritas anteriormente a determinadas características da sociedade brasileira e, por fim, arriscar algumas despretensiosas conclusões da leitura aprofundada do material. A ideia é tornar explícitas as ideologias presentes nas entrelinhas e apontar características do discurso midiático como ferramentas de construção do imaginário e da memória social.

É preciso levar em consideração o contexto sociopolítico no qual as reportagens foram publicadas, informação que compõe as condições de produção do texto e auxiliam nas possibilidades de inferências realizadas pelo leitor. Dessa forma, o período era o de julgamento do conhecido Mensalão, nome dado a um dos maiores escândalos da política brasileira ao envolver, entre outras ações, o pagamento de mensalidade a deputados para votarem a favor de projetos de interesse do Poder Executivo. Depois das investigações, em agosto de 2012, inicia-se o julgamento dos acusados com apresentação do relatório por Joaquim Barbosa e da acusação pela Procuradoria Geral da República.

Como afirma Eliane Miqueletti (2013), a maior parte dos saberes dos quais os leitores dependem para compreender os textos não está explícito neles. Por isso, o entendimento depende da “capacidade de inferência do receptor a partir das marcas textuais que se constituem em indicadores das intenções do autor”.²¹ Ao receptor, resta se basear nos elementos linguísticos e extralinguísticos (conhecimentos prévios) para construir os sentidos presentes no texto.

Além disso, como desenvolvido anteriormente, o mito cria uma realidade mais simples e aceitável para o conforto do leitor. No caso do discurso geral da *Veja* sobre o ex-ministro Joaquim Barbosa, o que se vê é a formulação de uma dicotomia aparentemente óbvia na vida política do Brasil. Nessa realidade recriada, a presença de “bons” e “maus” fica clara, portanto,

²¹ MIQUELETTI, Eliane. *A presença dos contextualizadores na construção da imagem do Ministro Joaquim Barbosa*. Entrepalavras, v. 3, p. 210-223, 2013. Disponível em <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/274/223>- Acessado em 9 de junho de 2015.

uma vitória dos mocinhos contra os vilões resolveria os problemas do país. Nessa disputa, Joaquim teria um papel de protagonista, já que estaria liderando o movimento que, dentro da lógica em que se baseiam as publicações, teria derrotado os inimigos: os corruptos, que são, segundo as revistas, os julgados do processo do Mensalão. Condenando-os, Joaquim Barbosa se torna, então, o herói tão celebrado nas páginas da revista.

Assim como no trabalho do pesquisador Bruno Costa, a questão da representação da Justiça e o papel do juiz em geral são outros pressupostos essenciais para compreendermos a relação entre mídia, sociedade e homem público, que “se retroalimentam de signos e relações de poder” (2013, p. 15). Valendo-se de elementos já presentes na rotina dos magistrados, a publicação *Veja* desenvolve seus conceitos explorando alguns objetos para representar a Justiça como um todo. A vestimenta típica do seu personagem é um trunfo nesse sentido. A toga ilustra a capa da segunda edição analisada neste trabalho. Este objeto, pela sua tradição e seu prestígio, é mais do que um distintivo, é um símbolo: “Alerta, no juiz, a lembrança de seu sacerdócio. E incute no povo, pela solenidade, respeito maior aos atos judiciários” (GUIMARÃES, 1958 apud COSTA, 2013). É possível perceber o quanto é convincente e forte o aspecto simbólico da toga. Esse potencial cognitivo também chega a reflexões até sobre riscos de se praticar a personificação do juiz, fazendo com que ele assuma uma autorrepresentação da justiça propriamente dita.

Nessa discussão, cabe rememorar os processos de celebração e heroificação²² do indivíduo, já mencionados no tópico anterior deste capítulo.

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. (CARVALHO, 2011 apud COSTA, 2013, p. 45)

Esses sentimentos do povo ficam aflorados especialmente em épocas de crise e instabilidade política. Aproveitando-se do estouro – alimentado pela própria imprensa na qual a revista em questão se inclui, diga-se de passagem – do chamado “escândalo do Mensalão” (ou Ação Penal 470), a revista *Veja* produz um personagem de modo a atingir o coração do seu leitor e, conseqüentemente, as aspirações da sociedade brasileira em geral. O momento era

²² Trazemos aqui a ideia de “heroificação” ou herocização” como um tipo de mitificação específica para a construção da imagem de um herói. Entendemos o conceito de mitificação, como exposto por Barthes (1987), como o processo de “deformação” da realidade a partir da apropriação de determinados aspectos dela (“linguagem roubada”). Assim, é possível causar a falsa impressão de simplicidade e naturalidade das “coisas como são”.

propício, já que as esperanças em torno do fim da corrupção começaram a ganhar força após a aparição daquele que seria o potencial salvador imaculado em meio a tantos julgados e condenados por atos ilegais e, a cima de tudo, imorais.

Há, portanto, a sugestão de que tais produções imagéticas fossem a expressão de uma necessidade coletiva, ou seja, o povo necessitava de um líder poderoso, de um herói presentificado, como explica melhor o trecho abaixo:

Durante e após o julgamento da Ação Penal 470 (ou se preferem, o Mensalão), Joaquim Barbosa se transformou na figura pública mais comentada deste país. A imprensa fincou-o num pedestal de visibilidade, cercou-o numa redoma anticríticas e recorreu ao passado para desvelar a personalidade seu pupilo. Viciada pelos interesses políticos originados do acontecimento, engendrou um herói nacional capaz de executar as leis como nenhum outro judicante, fazendo resplandecer sobre a imagem de Barbosa o fulcro incorruptível da balança da nova justiça brasileira.²³

Conforme afirma Furlani (2014), a matéria “O menino pobre que mudou o Brasil”, capa de edição polêmica já analisada neste trabalho, humaniza a figura de Joaquim Barbosa que, segundo a reportagem, “lava a alma de todos os brasileiros que são vítimas dos corruptos”. Para isso, Barbosa é colocado como um grande líder, oriundo das camadas mais humildes da sociedade e que chegou a Corte suprema do país. Ao atribuir a Joaquim Barbosa uma imagem humana frágil, explorando sua origem humilde, as matérias geram comoção no público leitor e, principalmente, reforçam a ideia de um herói que, mesmo com tantas dificuldades e sofrimentos até físicos, consegue se superar e conquistar a confiança do brasileiro de que é possível estabelecer justiça. Assim, está formada a imagem de um líder de origem pobre e implacável com os bandidos, que no caso eram parte do governo.

A ascensão de um novo herói nacional não se justifica apenas pela repercussão dos méritos individuais de um único ícone político. Essa projeção não teria tanto efeito se não estivesse no contexto social em que predomina a impressão coletiva de que o país é controlado por corruptos. No seguinte trecho da coluna de Augusto Nunes, que escreve para *Veja*, fica evidenciada a intenção da publicação em reforçar e, de antemão, se defender da possível acusação de estar forçando a formação do herói aproveitando-se de um momento de carência da população: “A reação de milhares de brasileiros demonstra que o que parecia desinteresse era descrença. Muito mais que a carência de heróis é a fartura de ladrões impunes que

²³ RAMOS, Mailson. A mão que divinizou Joaquim Barbosa. **Opinião & Contexto**, 26 de maio de 2015. Disponível em: <http://opinioecontexto.com/a-mao-que-divinizou-joaquim-barbosa/> - Acessado em 15 de setembro de 2014.

transformou Joaquim Barbosa em ídolo da imensidão de indignados” (NUNES, 2012, p.52). Ele enfatiza em seu discurso a ideia de indignação que deve, de acordo com a postura de toda a revista, ser incentivada e se propagar por entre os brasileiros contra o governo petista, que é visto como o mal a ser vencido, o inimigo a ser derrotado.

No entanto, convém reiterar que tal processo de heroificação não necessariamente condiz com características reais do personagem em questão. Nesse ponto, é possível estabelecer um paralelo com o conceito de ‘fala roubada’ de Barthes (1957), já citada neste trabalho, podemos afirmar que o tempo inteiro, em todas as reportagens analisadas, a revista opta por destacar certas características de Joaquim Barbosa para identificá-lo com o posicionamento político da revista e, conseqüentemente, de seu público leitor. A *Veja* nunca menciona, por exemplo, o fato de Barbosa ter sido eleitor do Lula²⁴ ou o fato de ele ser favorável às cotas para negros acessarem às universidades públicas do país.²⁵

Relações e comparações feitas entre dois personagens de caráter heroico em diferentes épocas dentro de uma mesma sociedade servem para aproximá-los e legitimar o aspecto mitológico em relação à personalidade mais recentemente destacada. O que fica claro na foto publicada na página 71 da edição 2290 da revista *Veja*, analisada no capítulo 3 deste trabalho. Na imagem, Joaquim Barbosa posa ao lado de Pelé, jogador de futebol mais conhecido do mundo e que carrega o título de “atleta do século”. Pelé é tido até hoje como o maior herói do esporte nacional. Nada mais conveniente do que uma publicação que deseja popularizar a imagem de um jurista estampar uma fotografia em que ele aparece sorridente confraternizando com um dos homens mais célebres entre os brasileiros de forma geral. A legenda é ainda mais surpreendente ao deixar completamente explícita a tentativa de criar um paralelo óbvio entre os dois ídolos negros: “Joaquim Barbosa ao lado de outro craque” (MARQUES, 2012, p. 71). As palavras ‘outro’ e ‘craque’ expressam essa aproximação que é construída entre os dois. Ou melhor, entre as ideias que se faz entre as imagens dos dois personagens.

Além disso, a iniciativa de explicitar a presença de Barbosa ao lado de uma figura carismática, de intenso apelo popular, como Pelé parece ter como propósito tornar mais acessível ao público em geral a pessoa do ex-ministro. Desse modo, tal aproximação pode se

²⁴ BARBOSA DIZ QUE VOTOU NO PT, COBRA MENSALÃO 'TUCANO' E VÊ RACISMO. *Terra*, 7 de outubro de 2012. <http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/eleicoes/barbosa-diz-que-votou-no-pt-cobra-mensalao-tucano-e-ve-racismo,c914dc840f0da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html> – Acessado em 10 de junho de 2015.

²⁵ JINKINGS, Daniella. Voto de Joaquim Barbosa é o quinto do Supremo a favor das cotas raciais em universidades. *Agência Brasil*, 26 de maio de 2012. <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-04-26/voto-de-joaquim-barbosa-e-quinto-do-supremo-favor-das-cotas-raciais-em-universidades> - Acessado em 10 de junho de 2015.

explicar como uma tentativa de simplificação do real retratado na revista para o leitor, tornando assimilável um universo complexo como o campo político e jurídico brasileiro. “Nesse processo, toda a complexidade dos atos humanos, toda e qualquer dialética, para “recriar” um mundo onde não há contradições nem profundezas” (SCHEINER, 2008). Isso quer dizer que, de acordo com o sentido que se dá às atitudes de linguagem na intenção da construção do mito, um texto jornalístico pode – e é o que geralmente faz – simular uma realidade mais simples e aceitável do que o mundo confuso e contraditório no qual estamos todos inseridos.

A palavra “craque” na legenda da foto está deslocada ainda de seu sentido. A partir das palavras de Nilson Lage (1999), podemos inferir que esse deslocamento provoca uma duplicidade de entendimentos. O termo utilizado costuma ser usado em referência a atletas que se destacam no futebol, esporte mais popular do Brasil. Não é incomum encontrar metáforas com esse esporte em textos de outros assuntos, até mesmo na política. Mas quando se põe essa palavra na legenda da foto em que Joaquim Barbosa e Pelé, ícone brasileiro do esporte mundial, a intenção em compará-los torna-se explícita. Portanto, o termo craque é levado a uma área incompatível com a sua de origem no intuito de criar uma sensação de equivalência e similaridade entre os dois personagens: Pelé e Joaquim Barbosa.

Dessa forma, podemos desenvolver mais paralelos entre eles a partir da conexão que a legenda e a própria fotografia nos obriga a fazer simplesmente ao olhá-la. Ambos são negros, ambos possuem origem familiar pobre, ambos são mineiros e ambos se tornaram figuras admiradas e de referência para os brasileiros em geral. Sendo Pelé um ícone já conhecido, comparar Joaquim Barbosa a ele é elevar este último a nível semelhante de popularidade e conquista do público pelo seu considerado bom desempenho no cargo que ocupou.

Por fim, é preciso considerar as possíveis consequências práticas desse processo de construção de imagem midiática no cenário político brasileiro. Com tantos elogios a Joaquim Barbosa e investidas em tornar consenso a ideia de que ele deu um fio de esperança ao povo brasileiro, é plausível que se cogite, por exemplo, a possibilidade do nosso personagem se candidatar a algum cargo eletivo e, até mesmo, chegar a vencer pleitos eleitorais e ocupar o Poder Executivo. Esta hipótese está intimamente relacionada à própria aspiração da população em geral em contar com uma pessoa repleta de virtudes na administração da máquina pública, que atende – ou deveria atender – às necessidades que lhe são garantidas por lei. Como afirma Costa, “são elementos apreendidos pelo público ordinário que possibilitam a identificação das pessoas com a história de vida do ministro” (2013, p. 163).

Como bem lembra Herschmann e Pereira (2005), o relato biográfico [...] passa a ter especial importância ao produzir a recompensadora sensação de que fazemos parte de uma grande coletividade capaz de comportar ídolos, heróis e celebridades, mesclando-os com situações triviais e cotidianas, alimentando e recriando comunidades mediáticas de fãs e consumidores. (HERSCHMANN; PEREIRA, 2005 apud COSTA, 2013, p. 163)

Ainda acerca da identificação do leitor com a história retratada nas páginas das revistas, jornais ou na tela da televisão, é possível afirmar que tal narrativa, muitas vezes repleta de recursos sedutores, permite ao leitor, relacioná-la à própria trajetória, retirando substâncias que podem ser utilizadas em sua própria vida. Com a imersão na história de vida de um indivíduo é muito pouco provável que não haja envolvimento pessoal e emocional por parte do leitor.

Quando esse personagem retratado é uma figura heroica, com passagens de dor e sofrimento em seu currículo, o envolvimento é positivo ao ponto de o receptor da mensagem criar uma admiração intensa por tal imagem. O herói pode ser revelado pelo indivíduo que supera dificuldades sociais e conquista aspirações e vitórias humanas, e esse discurso da superação na reportagem de *Veja* é patente em todas as matérias aqui descritas neste trabalho. Portanto, o nível de sedução e aproximação provocado por essas reportagens entre os leitores e a figura de Joaquim Barbosa é bastante significativo.

Para finalizarmos a avaliação do discurso das matérias da *Veja*, percebemos que Barbosa foi investido de qualidades como perseverança, altruísmo e coragem. Tais características contribuem para o estereótipo do herói que foi sendo moldado na narrativa aqui descrita.

O que temos, então, é a constatação de que existe uma narrativa biográfica do herói nesta matéria de *Veja*, em que Joaquim Barbosa aparece como maior protagonista. A história de vida do ministro é pautada por várias etapas de superação, que começa na sua infância pobre no interior de Minas Gerais e atinge seu apogeu no julgamento do Mensalão ao condenar José Dirceu e demais réus do núcleo político. (COSTA, 2013, p. 166)

Ainda é importante criticar o fato de ser dado pouco espaço dado às opiniões dos leitores. Sabemos que toda edição de *Veja*, e da maioria dos veículos jornalísticos, traz logo nas primeiras páginas registros de mensagens enviadas pelos leitores. Mas também sabemos que a seleção de tais manifestações é feita segundo critérios estabelecidos pelos mesmos agentes que definem a posição editorial da revista. É claro que isso forma uma espécie de peneira na qual só passam as opiniões que estão em consonância com a repercussão desejada pela revista. “Os meios de comunicação tradicionais pecam por não proporcionar uma troca

igualitária de opiniões, veiculando o ponto de vista que mais se lhes adequa, tanto a nível econômico, social ou cultural” (MIDÕES, 2008, p. 5).

A falta de imparcialidade não é exclusividade da *Veja*, já que é um valor ilusório há muito tempo consensual no jornalismo.²⁶ No entanto, a revista aqui analisada vai além dos limites da sutileza que é praticada na maioria das empresas jornalísticas. Por essas e outras campanhas político-ideológicas a favor de uma elite, que a revista é mal avaliada pelos mais críticos. Afinal, ela não obedece diversas normas que orientam a prática jornalística responsável e comprometida com a função social que exerce. Estas capas, portanto, apresentam textos ideológicos: a posição de poder que *Veja* exerce no mercado, garantindo-se como a revista mais vendida no país, lhe confere grande força ideológica na transmissão das informações que planeja transmitir ao leitor, conforme elucidado no trecho a seguir:

O leitor com menos tempo ou mesmo sensibilidade para, tomando emprestados termos da matemática, realizar “provas reais” das notícias, ou seja, procurar outras fontes de informação para contrapor diferentes abordagens e fundamentar melhor seus pontos de vista a respeito dos temas sobre os quais lê, facilmente é levado a pensar que as coisas acontecem exatamente da maneira como são publicadas. É questão superada o fato de que este leitor não se resume à passividade, mas ainda assim, no caso de sua opinião se basear em uma única fonte, esta tendencialmente produzirá uma visão totalizante sobre aquilo de que fala e provavelmente as chances de criticidade passarão a se reduzir. (MOTTA, 2012 apud LARA JUNIOR; FRAGA, 2013, p. 314-333)

²⁶ Entende-se, portanto, “imparcialidade” como uma utopia ou horizonte do jornalismo. Contudo, apesar de não ser possível alcançar a imparcialidade absoluta, os jornalistas podem se aproximar dela através de um trabalho objetivo de apuração mais detalhado, mostrando o máximo de ângulos sobre um fato, ou seja, fornecendo a maior quantidade de informações que conseguir coletar. É um valor que, muitas vezes, distingue a boa da má prática jornalística, já que podemos identificar graus de intensidade na busca por este ideal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das reportagens selecionadas e da argumentação teórica em torno do papel da mídia na construção de imagens públicas, verificamos, em primeiro lugar, que o fenômeno da midiaticização da figura Joaquim Barbosa ocorreu a partir de um acontecimento também midiaticizado: o julgamento do Mensalão, considerado um evento político e histórico de grande repercussão. Com isso, observamos o surgimento meteórico de Barbosa, uma figura controversa e polêmica.

As teorias acerca da análise de discurso e teorias do jornalismo foram instrumentos de grande valor para examinar os produtos midiáticos escolhidos e, principalmente, suas relações com os contextos político e social encontrados em um determinado cenário nacional. Essa utilidade se confirmou no caso que envolve o escândalo do Mensalão e os processos de heroificação de Barbosa.

Levamos em consideração a capacidade do mito de neutralizar os interesses de um discurso. Isso redundava num tipo de fala naturalizada, despolitizada. No entanto, ao se constituir a partir da retirada de historicidade do seu contexto original, fazendo com que as coisas aparentem ser inocentemente simples, o mito atua politicamente na sociedade como uma ferramenta de reforço de certas ideologias. O mito, como mostra Barthes (1987), não fornece explicações, apenas constatações. E mais: passando da complexidade histórica à naturalidade superficial, o mito suprime toda a dialética, toda contradição e qualquer elevação que exija um olhar que vá além da compreensão imediata, portanto, constrói um falso mundo onde não há contradições.

Concluimos que, para reforçar o status de salvador que ela mesma pôs sobre Joaquim Barbosa, a *Veja* decidiu não oferecer em suas matérias um espaço proporcional (ou espaço algum) às opiniões opostas, naturalizando ainda mais sua suposta condição de herói. Sem a exposição de posições adversas, isto é, ao omitir as complexidades dos acontecimentos e da personalidade do personagem, a *Veja* fez as qualidades de Barbosa parecerem óbvias e inquestionáveis, como se elas o resumissem como indivíduo. Concluimos, portanto, que tal abordagem foi extremamente reducionista e parcial.

Este trabalho também mostrou que a revista *Veja* se empenhou em fortalecer o prevalecente pensamento presente no senso comum de que a corrupção é o pior problema do Brasil. Tal raciocínio caracteriza as parcelas conservadoras de nossa sociedade. Por esta razão, a *Veja*, que não à toa é a revista mais vendida do país, resolveu explorar esse aspecto, atendendo aos anseios de seu público, altamente identificado com discursos conservadores. De acordo

com a visão simplista apresentada sobre o problema da corrupção praticada por governantes e políticos em geral, vários personagens dotados de atributos heroicos ilusórios surgiram ao longo da história do país e tiveram a confiança, a esperança e a admiração do povo depositadas sobre si. Logo, concluímos que Joaquim Barbosa despontou em um momento propício e com os atributos úteis para tal construção imagética.

É necessário que consideremos também a importante função da mídia, de maneira geral, na suscitação, nos rumos e nos desdobramentos de crises políticas, inclusive nesta iniciada com a deflagração do esquema que ficou conhecido como Mensalão. Considerando, ainda, que o caso se tornou público com a publicação de uma denúncia em matéria da revista *Veja* publicada em maio de 2005. Como foi a própria *Veja* que inaugurou a cobertura midiática do caso do Mensalão, colocou-se entre seus interesses principais manter com afincos tal tema entre os assuntos destacados em suas páginas e na imprensa em geral. Para acrescentar mais substância a esta cobertura, a revista encontrou na figura do relator da Ação Penal 470, Joaquim Barbosa, um personagem que, manipulado de acordo com as intenções da narrativa, acabou por fortalecer as posições político-ideológicas conservadoras que identificamos no discurso da *Veja*.

Nunca antes um ministro do STF teve tamanha visibilidade midiática. No capítulo 2, que traz informações sobre a vida de Joaquim Barbosa, constam determinados fatos que foram simplesmente ignorados pelas matérias da revista *Veja* que analisamos no capítulo 3. A acusação de agressão física feita por sua ex-mulher, por exemplo, não chega a ser citada nas reportagens de caráter biográfico a respeito de nosso personagem. As agressões verbais dirigidas a um jornalista são lembradas em uma das matérias, no entanto, a abordagem é positiva ao justificar essa e outras atitudes no mínimo polêmicas do ex-ministro. Como mostrado anteriormente, as publicações afirmam que Barbosa agia assim devido às fortes dores que sentia na coluna e que seu trabalho em nome do bem da sociedade compensaria tais comportamentos. Estes fatos ajudam a comprovar uma das importantes conclusões às quais este trabalho chegou: a revista *Veja* se apropriou apenas de aspectos que considerou, ou conseguiu fazer parecerem, positivos na trajetória de Barbosa. Os mesmos fatos poderiam ter sido manipulados de outras formas se o objetivo fosse criar uma opinião pública diferente a seu respeito. Sua obstinação e eloquência poderiam ter sido tratadas como arrogância ou prepotência, por exemplo.

No entanto, a revista não desejava associar Barbosa a valores negativos, conforme verificamos no decorrer de toda a análise. A apreensão dos pontos tidos como positivos de sua personalidade, somados ao contexto de comoção nacional contra corrupção, à indignação

generalizada e ao sentimento de impotência da população diante da tão falada impunidade, contribuíram para que o ex-ministro fosse apresentado como um “salvador da pátria”. Portanto, toda essa soma de fatores foi um prato cheio para a *Veja*. Mostramos nesta pesquisa que a revista se engajou em representar nosso personagem como a esperança maior para uma nova concepção de Justiça. Por consequência, Joaquim Barbosa não só ganhou visibilidade por conduzir um dos julgamentos mais populares e importantes do Judiciário brasileiro, como também teve sua imagem configurada como herói. Essa configuração se respalda pelo suporte ativo da mídia, contudo convém afirmar que ela não se deu de modo aleatório. Ela partiu da interpretação de elementos pré-existentes, relativos às próprias idiossincrasias e particularidades de Barbosa. A narrativa a seu respeito configura-se, portanto, uma fala roubada, característica fundamental do processo comunicacional em que, segundo Barthes (1987), constrói-se o mito.

Faz-se necessário aqui abordar o fenômeno do herói como uma experiência social. Consideramos que, quando um indivíduo consegue vencer suas dificuldades pessoais e históricas e galga um espaço de destaque no meio social, ele é valorizado a partir dos ideais meritocráticos. Mas, quando, além disso, esse indivíduo produz algo em prol do bem comum, ele é reconhecido com admiração e respeito pela sociedade. Foi demonstrado ao longo deste trabalho que este é o caso de Joaquim Barbosa, que contou com a colaboração da imprensa para conquistar a visibilidade necessária para se tornar um herói nacional. Joaquim Barbosa enquadra-se na condição arquetípica de herói, levando em conta a ideia de superação e força descrita nas narrativas acerca de sua trajetória de vida. Tudo isso foi aproveitado pela *Veja* para embasar a imagem do ex-ministro como uma resistência contra a corrupção na política, principal motivo de indignação e da descrença da população brasileira. Além desses elementos supracitados, há, ainda, o forte apelo da representação da Justiça no imaginário popular como simbolismo de poder que impõe reverência e respeito. Isso é demonstrado, por exemplo, na relação que podemos fazer entre a toga do ministro e a capa de um herói.

Por fim, vale a pena reiterar as possíveis consequências práticas de todo esse processo de construção de imagem. Uma delas é a possibilidade da eleição de Joaquim Barbosa como presidente da República em 2014. Em vários momentos, sua candidatura foi sondada pela imprensa e desejada por vários setores da sociedade. A imagem construída de Barbosa se relaciona intimamente com a ideia de natureza humana frágil e da origem humilde, o que gera comoção no público leitor. Porém, sua figura tem um aspecto em particular destacado – a identidade de um justiceiro. Assim, mesmo trabalhando duro e sentindo dores físicas, Barbosa supostamente luta pelo povo brasileiro e representa dignamente a Justiça como um todo.

Portanto, a imagem do líder de origem humilde e carismático foi conciliada à do magistrado implacável com os “bandidos”, ou seja, dos políticos ligados ao atual governo e que ficaram marcados como seus inimigos.

Outra constatação importante realizada a partir das análises das revistas foi o uso de recursos discursivos questionáveis como parte da estratégia da *Veja* para a construção da imagem de Joaquim Barbosa. Um deles foi o uso frequente de ironias e de linguagem debochada, principalmente ao explorar o antagonismo entre o ex-ministro e os outros personagens tidos como seus rivais. Também encontramos um forte apelo às emoções do leitor, especialmente nas narrativas a respeito da trajetória pessoal de Joaquim Barbosa, quando os textos valorizam o fato de ele ser negro e sua origem familiar pobre, com todas as dificuldades impostas pelas condições sociais. Portanto, percebemos uma clara defesa da meritocracia através de um forte discurso de superação.

Embora o ideal de imparcialidade seja inalcançável e, logo, inexistente na prática, a revista *Veja* parece apresentar um forte viés ideológico nas publicações que este trabalho tomou como objeto de estudo. A *Veja* desempenhou o papel de defensora de Joaquim Barbosa contra as muitas críticas que ele recebeu devido às suas atitudes polêmicas. Desta maneira, construiu uma imagem mitificada do ex-ministro do STF Joaquim Barbosa.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 9a edição, 1993.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

CONCEIÇÃO, Matheus Furlani da. *A construção da imagem política de Joaquim Barbosa pela Revista Veja na cobertura do julgamento do mensalão*. Vila Velha: XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 22 a 24 de maio de 2014.

COSTA, Bruno B. *Da toga do juiz para a capa do herói: a construção da imagem pública do Ministro Joaquim Barbosa a partir do julgamento do mensalão*. Belo Horizonte, 2013. 227f.:il

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed. UNB, 2008. Tradução do *Discourse and Socieal Change*, 1992.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LAGE, Nilson. *A linguagem jornalística*. São Paulo: Átila, 1999.

MIDÕES, Miguel. *Crise no Espaço Público, Agenda-Setting e Formação da Opinião Pública*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2008.

MIQUELETTI, Eliane Aparecida. *A presença dos contextualizadores na construção da imagem do Ministro Joaquim Barbosa*. Fortaleza: Revista Entrepalavras, edição de agosto a dezembro de 2013.

NÖTH, Winfried. *A Semiótica no Século XX*. São Paulo: Annablume, 1996.

PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TEDESCO, M. T. V. A. *Mídia, Língua, Cultura e Ideologia*. In: VALENTI, André (Org.). *Língua Portuguesa e identidade: marcas culturais*. Rio de Janeiro: Kaetés, 2007, p. 181-185.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

Sites e revistas:

BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. *O mito não pára*. Observatório da Imprensa, Edição 287, 27 de julho de 2004. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/o_mito_nao_para/ - Acessado em 18 de maio de 2015.

LARA JUNIOR, Nadir; FRAGA, Ana Cláudia. *A revista Veja e a construção do lugar ideológico para o MST na sociedade brasileira*. Revista FSA, Teresina, v. 10, n. 4, art. 17, p. 314-333, Out./Dez. 2013. Disponível em: www.fsanet.com.br/revista/index.php/fsa/article/download/216/136 – Acessado em 18 de abril de 2015.

SCHEINER, Tereza Cristina. O museu, a palavra, o retrato e o mito. In: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da UniRio, Rio de Janeiro, vol. I nº 58 1 - jul/dez de 2008. Disponível em <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/6/19> - Acessado em 20 de maio de 2015.

MARQUES, Hugo; DINIZ, Laura. *O triunfo da Justiça*. Veja. São Paulo, Edição 2290, p. 68-75, outubro de 2012.

MARQUES, Hugo. *Não dá mais tempo*. Veja. São Paulo, Edição 2376, p. 58-59, junho de 2014.

PEREIRA, Daniel; RANGEL, Rodrigo; MARQUES, Hugo. *A Lei e os fora da Lei*. Veja. São Paulo, Edição 2349, p. 76-81, novembro de 2013.

PEREIRA, Daniel. *O Brasil precisa de exemplos*. Veja. São Paulo, Edição 2376, p. 52-57, junho de 2014.

PETRI, André. *Juiz não é tribunal*. Veja. São Paulo, Edição 2376, p. 60-61, junho de 2014.

VEJA A HISTÓRIA DE JOAQUIM BARBOSA, O 1º PRESIDENTE NEGRO DO STF. **Folha de S. Paulo**, 22 de novembro de 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1189383-veja-a-trajetoria-de-joaquim-barbosa-o-1-presidente-negro-do-stf.shtml> - Acessado em 16 de abril de 2015.

A TRAJETÓRIA DO MINISTRO DO STF JOAQUIM BARBOSA. **Estadão**, 10 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/infograficos/a-trajetoria-do-ministro-do-stf-joaquim-barbosa.politica.281028> - Acessado em 16 de abril de 2015.

7. ANEXOS



Figura 1



Figura 2

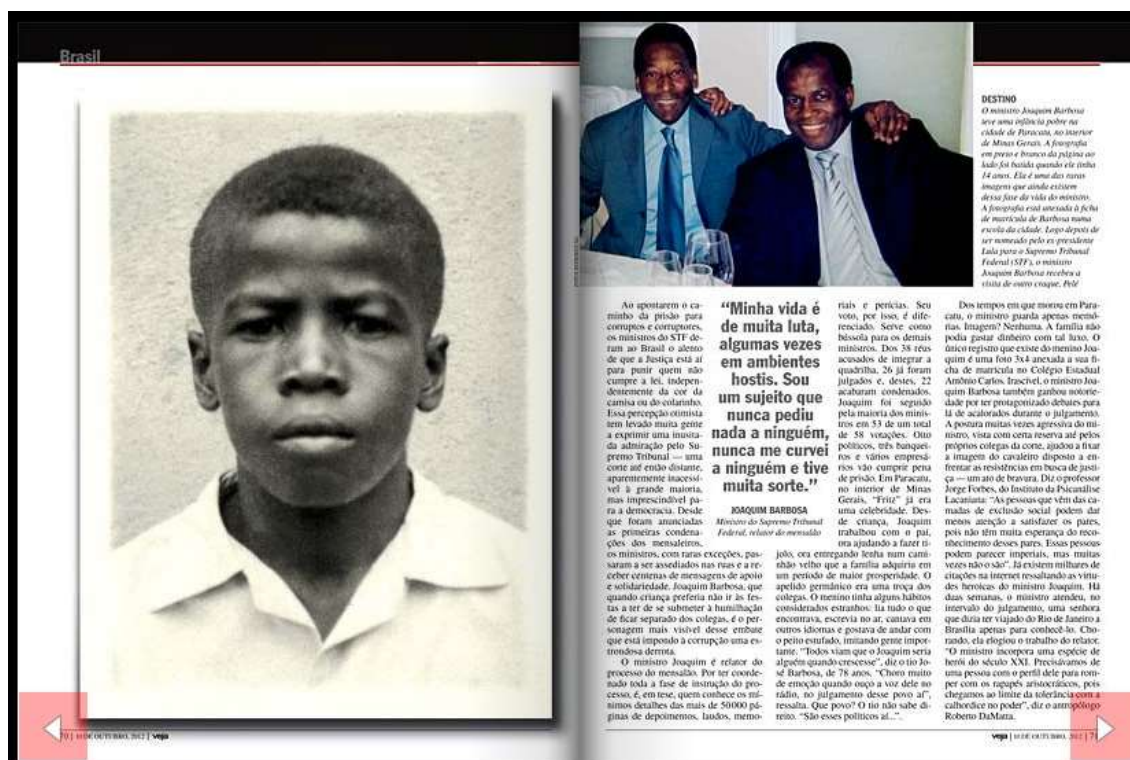


Figura 3



Figura 4



Figura 5



Figura 6



Figura 7



Figura 8



Figura 9



Figura 10

Brasil

A MERITOCRACIA DO ESFORÇO

Muito pobre na infância, Joaquim Barbosa estudou, trabalhou, foi aprovado em concurso público e chegou à mais alta corte de Justiça do país sem precisar de amigos influentes, favores ou uma máquina de políticos

1 Nasceu em uma família humilde de Paracatu (MG). Joaquim Barbosa teve de trabalhar desde cedo para sustentar a casa. Filho de um pedreiro e uma dona de casa, ajudava o pai a fabricar tijolos e a entregar lenha

2 Aos 16 anos, Barbosa foi aceito para Brasília, começou a trabalhar em uma gráfica, e terminou o ensino médio, sempre estudando em colégio público

3 Aos 22 anos, tornou-se oficial de chancelaria do Ministério das Relações Exteriores. Depois acabou repatriado num concurso sem diplomatas devido, diz ele, a preconceito racial

4 Formado em direito, foi aprovado no concurso para procurador da República. Foi doutorado na Sorbonne, em Paris, foi professor visitante na Universidade Colúmbia, em Nova York, e na Universidade da Califórnia

5 Em 2003, Joaquim Barbosa estava nos Estados Unidos quando foi convidado pelo ex-presidente Lula a assumir a vaga no STF

Em 2012 e 2013, durante mais de sessenta sessões plenárias, Barbosa comandou o julgamento do mensalão, como relator do processo e, depois, também como presidente do STF. O resultado criminal é conhecido: o Supremo decidiu que o PT subornou parlamentares para se perpetuar no poder, ditando o primeiro mandato de Lula e condenou a antiga cúpula do partido a prisão. O resultado simbólico também é conhecido: a Justiça finalmente se fez valer por todos, sem distinção, o que foi considerado o maior duro golpe contra a corrupção na história recente do país. Sorte dos brasileiros de bem, não é?

Em 2012 e 2013, durante mais de sessenta sessões plenárias, Barbosa comandou o julgamento do mensalão, como relator do processo e, depois, também como presidente do STF. O resultado criminal é conhecido: o Supremo decidiu que o PT subornou parlamentares para se perpetuar no poder, ditando o primeiro mandato de Lula e condenou a antiga cúpula do partido a prisão. O resultado simbólico também é conhecido: a Justiça finalmente se fez valer por todos, sem distinção, o que foi considerado o maior duro golpe contra a corrupção na história recente do país. Sorte dos brasileiros de bem, não é?

Em 2012 e 2013, durante mais de sessenta sessões plenárias, Barbosa comandou o julgamento do mensalão, como relator do processo e, depois, também como presidente do STF. O resultado criminal é conhecido: o Supremo decidiu que o PT subornou parlamentares para se perpetuar no poder, ditando o primeiro mandato de Lula e condenou a antiga cúpula do partido a prisão. O resultado simbólico também é conhecido: a Justiça finalmente se fez valer por todos, sem distinção, o que foi considerado o maior duro golpe contra a corrupção na história recente do país. Sorte dos brasileiros de bem, não é?

Figura 11

Brasil

SUCCESSOR
Ricardo Lewandowski, um crítico ferrenho de Joaquim Barbosa, vai assumir a presidência

hoje as voltas com requerimentos, petições, questões de ordem... Depois do mensalão, Barbosa definiu duas prioridades. Uma delas era participar do julgamento sobre as perdas decorrentes dos planos econômicos. Trata-se de um processo bilionário que opõe conservadores a instituições financeiras. No STF, especulava-se que o ministro, após mudar políticos e empresários para a cadeira, votaria contra os bancos. Com a análise desse caso econômico adiado novamente, Barbosa decidiu antecipar a aposentadoria. A outra prioridade era garantir a eficácia das penas aplicadas aos mensaleiros. Barbosa se insurgiu contra os privilégios concedidos a eles na cadeia. Recentemente, suspendeu a autorização de trabalho externo. Com base num laudo médico, revogou a prisão domiciliar de José Genoino. O ex-ministro José Dirceu nunca recebeu aval para trabalhar fora do presídio. Os advogados dos mensaleiros recorrem dessas decisões ao plenário do STF. Não está certo se o julgamento do recuso ocorrerá antes ou depois da aposentadoria de Barbosa.

Se a saída tiver acontecido, será sortido um novo relator, e a presidência já estará sob a responsabilidade de Ricardo Lewandowski. Afiliado político da ex-primeira-dama Marisa Leticia, Lewandowski é fiado no trato, tem boas relações com os colegas e os advogados e defendeu a absolvição de Dirceu e Genoino no processo. Especialista nos "rapapés aristocráticos", ele é a antítese de

Barbosa. O PT não vê a hora de seu algar sair de cena. De certa forma, também se cansou da briga. "A postura dele não foi de um estadista do Poder Judiciário. Constantemente uma postura carregada de ódio que não caberia a um juiz", disse o deputado Vicentinho, líder do PT na Câmara, ao comentar a aposentadoria. Essa declaração é legítima e faz parte do jogo democrático. Pena que o PT não pare por aí. Milhares do partido na internet, como VEJA mostrou, chegaram a ameaçar Barbosa de morte. "Contra Joaquim Barbosa toda violência é permitida, porque não se trata de um ser humano, mas de um monstro e de uma aberração moral das mais pavorosas, Joaquim Barbosa deve ser morto", escreveu um deles. Extremado, o ministro quer se afastar da arbitrariedade petista e, mais importante, virar a página do mensalão. Para ele, o assunto está encerrado, pacificado. Não é à toa. Sob sua batuta, o Supremo deu aos brasileiros uma lição de moralidade e intransigência com as roubalheiras. Uma lição que até desadivinhados como o ministro Marco Aurélio, fizeram questão de ressaltar: "O Supremo, como colegiado, acabou por reafirmar que a lei é lei para todos indistintamente e que não se agride a esse ou aquele ato a partir da ocupação da cadeira no Supremo". Barbosa não agradeceu a Lula, o que permitiu ao país dar um passo importante em sua escalada civilizatória. Eis aí um grande legado.

COM REPORTAGENS DE RUBEN BOMIN E HUGO MARQUES

AS BOAS BRIGAS DO MINISTRO
Além de implicar com os mensaleiros, Joaquim Barbosa travou embates com associações de classe e com o Congresso. Também fez severas críticas aos políticos

AUTONOMIA DOS PODERES
Separação de poderes não é uma noção abstrata. Faz parte do direito de todos os cidadãos. Integra o conjunto de mecanismos constitucionais pelos quais um poder contém ou neutraliza os abusos do outro (...). Por que alterar isso agora, em pleno século XXI? Essa medida (proposta aprovada pela CCJ da Câmara que submeterá ao decisório do STF ao Congresso Nacional), se aprovada, fragilizará a democracia

CONFLITO ENTRE JUIZ E ADVOGADO
Uma pessoa poderosa pode contratar um advogado poderoso com conexões no Judiciário, que pode ter contatos com juízes, sem nenhum controle do Ministério Público ou da sociedade. E depois vêm as decisões surpreendentes

DESGUALDADE DA JUSTIÇA
O Brasil é um país que pune muito pessoas pobres, pessoas negras e pessoas sem conexões. Pessoas são tratadas diferentemente pelo status, pela cor da pele, pelo dinheiro que têm. Tudo isso tem um papel enorme no sistema judicial e especialmente na impunidade

CONGRESSO NACIONAL
A debilidade mais grave do Congresso é que ele é inteiramente dominado pelo Poder Executivo. O Congresso não foi criado para inibir e exclusivamente deliberar sobre o Poder Executivo. Cabe a ele a iniciativa da lei. Temos um órgão de representação que não exerce em sua plenitude o poder que a Constituição lhe atribui

CRÍTICA AOS POLÍTICOS
Os políticos querem o poder pelo poder. Esta é uma das grandes deficiências, a razão pela qual o Congresso brasileiro se notabiliza pela sua ineficiência, pela sua incapacidade de deliberar

LENTIDÃO DA JUSTIÇA
Costam-se fazer críticas ao bom funcionamento da máquina judiciária, mas o Judiciário que aspiramos a ter é sem finalidades, inerte ou rapapés (...). O que buscamos é um Judiciário célere, efetivo e justo. De nada valem as edificações suntuosas, o sofisticado sistema de comunicação, se aquilo que é essencial a Justiça falha, porque é prestada tardiamente

PARENTES DE JUÍZES ADVOGANDO
Há uma grande deficiência de Justiça entre nós. Nem todos os brasileiros são tratados com igual consideração quando buscam a Justiça. Ao invés de se conferir a restauração de seus direitos o mesmo tratamento dado a poucos, o que se vê aqui e acolá — nem sempre, é claro, mas de vez em quando — é o tratamento privilegiado, o by pass

40 | 4 DE JUNHO DE 2014 | VEJA

Figura 12

Brasil

PARA PRESIDENTE E



**Eu quero a
candidatura
deste "R" eal
e leal
representante
da dignidade
do povo
brasileiro !**

NÃO DÁ MAIS TEMPO

O ministro Joaquim Barbosa nunca descartou a hipótese de disputar eleições no futuro, apesar de sua total falta de apreço pela política e pelos políticos.

É ingênuo o potencial eleitoral do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa. Em novembro do ano passado, uma pesquisa do Instituto Datafolha mostrou o ministro em segundo lugar na corrida presidencial,

com 15% das intenções de voto, à frente do senador Aécio Neves (PSDB) e do então governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB). Barbosa aparece como peça-chave na estratégia destinada a evitar a reeleição da presidente Dilma Rousseff no primeiro turno. Ele gozava de uma situação privilegiada apesar de jamais ter dis-

putado uma eleição e jamais ter se anunciado como candidato. O ministro era aclamado nas ruas por um feito que deveria ser considerado corriqueiro, e não excepcional: ele cumpria seu trabalho de forma correta e, sobretudo no caso do mensalão, mostrando aos brasileiros que a lei valia para todos, de pé-rapados a ladrões de colarinho-branco. Das decisões de determinar a prisão de petistas estrangeiros, Barbosa sofria pressão de políticos e setores da sociedade, principalmente nas redes sociais, para que

POPULARIDADE

O ministro passou a ser celebrado nas ruas e suas redes sociais, como na reprodução ao lado

disputasse a eleição. Foi em vão. Como não se filiou a um partido dentro do prazo definido por lei, ele não concorrerá em 2014. Nada que lhe reduza o potencial eleitoral. Os principais rivais do PT desamaram uma declaração pública de apoio do ministro. Querem-no em seus palanques. Pelo menos no caso do PSDB, esse é um sonho antigo. Uma importante flocos de tucanos nutria o sonho de ver Barbosa como vice na chapa de Aécio. Os dois se conhecem pessoalmente. O plano agora é tê-lo como cabo eleitoral na TV e em eventos públicos. Um aceno nesse sentido foi feito por Aécio tão logo Barbosa anunciou sua aposentadoria. Disse o senador: "Ele é um homem que o Brasil aprendeu a respeitar. Pode-se gostar ou não dele, mas é íntegro, honrado e fez muito bem à Justiça brasileira". No início do ano, o PSB também enviou emissários para sondar os humores do ministro, como a ex-corregedora nacional de Justiça Eliana Calmon. A tendência é que o PSB retome a carga, valendo-se do fato de Barbosa compartilhar de posições extenuadas pela ex-ministra Marina Silva, que será vice na chapa de Campos. Marina e Barbosa são críticos dos partidos brasileiros e da chamada velha política. "Precisar entrar num partido para concorrer é um absurdo, uma camisa de força. Sou favorável à candidatura avulsa", costuma repetir Barbosa.

Na quinta-feira, quando informou aos presidentes dos outros poderes de sua aposentadoria, Barbosa rechaçou a possibilidade de participar do processo eleitoral neste ano. A presidente Dilma, contudo, que pretende passar uma temporada no exterior durante as eleições. Ao presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB), foi ainda mais taxativo. "De jeito nenhum", respondeu ao ser indagado sobre sua participação na campanha eleitoral deste ano. "Vou parar um pouco. Quero ver a Copa do Mundo". Eleição, portanto, só a partir de 2016.

A possibilidade de disputar um cargo no futuro já foi admitida por Barbosa. Mas ele sempre fez questão de ressaltar que não faria nada de forma apodada. "Conheço o país. Não sou um homem de aventuras" é um de seus mantras prediletos. Um dos problemas a ser enfrentados por ele é escolher a qual legenda aderir. Grosso modo, Barbosa divide os partidos em dois grupos. Num deles, estão as siglas que se vendem e vivem para fazer negócio. É o varejo. No outro, despojam as grandes agremiações, controladas por caciques que, como o ministro explicou em um artigo, "não vão querer abrir as portas para mim". Motivo? "O Brasil é governado por pessoas provincianas em todos os quadros. O Congresso está cheio de gente provinciana. Você não vai encontrar quase ninguém lá capaz de falar sobre assuntos relevantes com um chefe de Estado. O sistema está cantilando numa direção em que só os medíocres têm espaço".

Como VEJA revelou em fevereiro, Barbosa diz ter certa afinidade com o PT de esquerda, dos tempos de oposição, aquele que defendia a redução da desigualdade, entre outras bandeiras sociais, e se apresentava intransigente na defesa de valores e modos republicanos. "No esse PT de hoje tomado por bandidos, pela corrupção". Enquanto a carreira política e a disputa eleitoral não passam de hipóteses, Barbosa se dedicará à advocacia. Ele também estuda comites para voltar a dar aulas no ensino superior. Outro plano é fazer palestras, exatamente como o ex-presidente da República que o indicou ao STF e hoje o considera um traidor da nação petista. "Vou fazer o que o Lula está fazendo", disse ele a Alves, sem contar a risada. No campo pessoal, uma das prioridades é se tratar de um problema crônico nas costas. Há anos, o ministro sofre com fortes dores decorrentes de uma inflamação na base da coluna. O marido chegou ao ápice durante as mais de sessenta sessões de julgamento do mensalão. Luis e o PT tentaram vergar as instituições, subjugando-as em nome do projeto de poder do partido. Foram impedidos por um Barbosa reto e vertical.

Figura 13

JUIZ NÃO É TRIBUNAL

O legado definitivo de Joaquim Barbosa no STF vai além das acusações de que contribuiu para judicializar a política (para uns) e politizar a Justiça (para outros)

ANDRÉ PETRY

Assim que foi anunciado como ministro do Supremo Tribunal Federal, em maio de 2003, Joaquim Barbosa chamou atenção pela cor da pele. Era o primeiro ministro "reconhecidamente negro" da corte, considerado que dois mulatos já haviam passado pelo tribunal. Ninguem discutiu seu perfil jurídico, muito menos suas inclinações políticas ou ideológicas — até que, em setembro de 2007, Barbosa apresentou 450 páginas de denúncia contra os envolvidos no escândalo do mensalão. Daí em diante, ao ocupar o centro de um jul-

gamento de formidáveis implicações políticas, Barbosa passou a encarnar talvez o período mais controvérsio da história do Supremo. Uns o acusavam de politizar a Justiça, por decidir com dois pesos e duas medidas. Outros o acusavam de judicializar a política, ao confrontar decisões do Congresso e politizar com seus líderes.

Nesse ambiente conflagrado por pugnas políticas e jurídicas em torno do mensalão, é quase inevitável perder o foco da questão principal, a saber: Barbosa foi um juiz justo? Barbosa comandou um julgamento justo? As respostas a essas perguntas vão definir o modelo de Justiça que o Brasil quer

construir para, quem sabe um dia, eleminar a chaga da iniquidade. O jurista Celso Bandeira de Mello qualificou Barbosa como "um homem mau". Seu ex-colega de Supremo Eros Grau classificou-o como um "orgulho do tribunal", por sua "sensibilidade e prudência". Ives Gandra Martins, tributarista de renome, disse que Barbosa é um "barren duro". Mas nenhum outro ministro tem fi-clube, página de admiradores no Facebook, máscara de Carnaval e campanha para ser candidato a presidente da República — assim como a renúncia de nem um outro membro do Supremo foi literalmente festejada por advogados e juizes. Brasil, agora, que por ele nutrem um desabrido ódio corporativo.

Para decifrar o legado de Barbosa, talvez seja necessário fazer uma distinção entre o magistrado e o Supremo. Pelo seu papel preeminente nos últi-

mos anos em função da retórica do mensalão, Barbosa parece corporificar a corte, mas poucas coisas são mais desiguais do que o juiz e o tribunal. No julgamento do mensalão, Barbosa demonstrou ser um magistrado implacável, notoriamente movido pelo sentimento de fazer o que lhe parece justo, ainda que, para tanto, seja necessário recorrer à criatividade para desviar dos obstáculos. O tribunal é diferente. Por sua história, carrega uma tradição formalista, um respeito quase cartorial à superioridade da forma sobre o conteúdo, e assim tropeça com frequência no que o público leigo interpreta como — pura e simplesmente — injustiça.

Examinado à luz da história, o julgamento do mensalão foi uma exceção para o tribunal, mas não para Barbosa. Antes, fiel ao seu sentimento de justiça, o ministro recorreu a instrumentos e interpretações semelhantes para fechar o cerco contra Paulo Maluf — que continua livre, milionário e com mandato. Mas o tribunal discordou. Tentou fechar o cerco contra o deputado Ronaldo Cunha Lima, acusado de tentativa

de homicídio, e contra o ex-governador mineiro Eduardo Azeredo, réu no caso conhecido como "mensalão tucano", mas foi sempre votado vencido. No mensalão, suas teses finalmente triunfaram. Das 112 votações nas sessões da denúncia dos mensaleiros, Barbosa ganhou todos, 96 por unanimidade. Dos 37 réus, ele votou pela condenação de 32. O tribunal condenou 25. Chamou-o julgamento de "marco histórico" e falou do seu desejo de que seja "um ponto de partida para uma virada institucional".

Será? O senador Fernando Collor está livre das acusações que levaram à cassação de seu mandato presidencial em 1992. No Supremo, Collor beneficiou-se da absolvição em alguns casos e da prescrição em outros. Luiz Estevão, o ex-senador que ganhou notoriedade pela amizade com Collor e seu envolvimento no propiciado do Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo, continua tão livre e rico quanto Maluf. José Roberto Arruda, um dos raros políticos do planeta que foram filimados embolsando propina, continua impune. Fôco uns dias atrás das grades, mas agora planeja candidatar-se a governador do Distrito Federal, cargo ao qual foi obrigado a renunciar quando flagrado com a boca na botija. Não são sinais de uma "virada institucional".

A comparação entre um julgamento e outro é sempre inconspicua. Cada caso tem suas peculiaridades e circunstâncias, mas a sociedade tem uma intuição bastante clara do que é justiça e do que é injustiça. É complexo, no entanto, definir no que se constitui a essência de um julgamento justo. Na despedida de Barbosa, seu colega Marco Aurélio de Mello disse: "Vossa Excelência veio a ser relator de uma ação penal impotestabilizadora na qual o Supremo, como colegiado, acabou por reafirmar que a lei é lei para todos, indistintamente". Faz parte do protocolo dizer coisas agradáveis nas cerimônias de adeus, mas o Brasil, infelizmente, ainda não chegou ao ponto em que a lei é lei para todos, indistintamente". Espera-se que esteja a caminho disso. A passagem de Barbosa pelo STF aumentou a herança nacional para que o Supremo e a Justiça brasileira em geral, não volte a ser visto como um instrumento para a impunidade dos poderosos. E que Joaquim Barbosa não seja visto como a última esperança — afinal, vá.

Figura 14